



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**EDITAL: CONCORRÊNCIA 001/2016**

O Município de Porto Alegre, através da CENTRAL DE LICITAÇÕES da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CELIC/SMF, por meio da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, realizará na Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar, Porto Alegre – RS, Centro, **LICITAÇÃO** na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, com julgamento pelo critério de **MAIOR VALOR DE OUTORGA**, consistindo na concessão onerosa de serviço público de estacionamento rotativo pago de veículos, nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre, em conformidade com as disposições dos artigos 30, V e 175 da Constituição Federal, das Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Municipal nº 10.260/07, dos Decretos nº 18.313/2013 e nº 18.594/2014 e suas alterações e demais normas aplicáveis, em especial as cláusulas e condições fixadas no EDITAL e seus anexos.

A abertura da presente licitação se dará conforme descrito abaixo.

**ENTREGA DOS ENVELOPES 01 e 02**

**LOCAL: Rua Siqueira Campos, nº 1300, 3º andar, Sala 301, Centro, Porto Alegre, RS, às 14h e 30 minutos do dia 19/05/16.**

**ABERTURA DO ENVELOPE 01**

**LOCAL: Rua Siqueira Campos, nº 1300, 3º andar, Sala 301, Centro, Porto Alegre, RS, às 14h e 30 minutos do dia 19/05/16.**

**1. DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRAÇÃO**

- 1.1. Constitui o objeto da presente concorrência a outorga de concessão onerosa de serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre, de acordo com as especificações e os detalhes constantes no ANEXO I – Projeto Básico e especificações técnicas – integrante do presente EDITAL.
- 1.2. O Sistema de Estacionamento Rotativo Pago consiste no serviço de estacionamento pago com tempo máximo de permanência limitado, com opção de pagamento por fração de tempo entre o valor mínimo e o valor máximo.
- 1.3. Atualmente o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago é composto por **4.361 (quatro mil trezentos e sessenta e uma) vagas, controladas por 220 (duzentos e vinte) parquímetros multivagas**, instalados nas áreas indicadas no PROJETO.
- 1.4. Ao longo do prazo de vigência do contrato, o PODER CONCEDENTE avaliará a necessidade de expansão do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, com a inclusão de novas vagas conforme a necessidade.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

1.5. O valor estimado do CONTRATO para o período de 10 (dez) anos tem por base o estudo de viabilidade financeira da Administração ([Anexo II – Planilha de Custo](#)), considerando a estimativa de RECEITA BRUTA para o período.

**1.5.1 O valor estimado do contrato é de R\$ 131.492.896,28 (cento e trinta e um milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).**

## **2. DOS ANEXOS**

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte:

- 2.1 Anexo I – Projeto básico e especificações técnicas;
- 2.2 Anexo II – [Planilhas de custo](#);
- 2.3 Anexo III – Modelos de declarações;
- 2.4 Anexo IV – Modelo de carta de apresentação da proposta;
- 2.5 Anexo V – Minuta de Contrato;
- 2.6 Anexo VI – Modelo de declaração negativa de doação eleitoral;
- 2.7 Anexo VII – Legislação correlata;

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Somente poderão participar desta Licitação, as empresas prestadoras de serviços, que tenham no seu objeto social previsão de atividade compatível com o objeto da concorrência em questão e preencham as condições estabelecidas neste EDITAL.

3.1.1 Entende-se por compatível a atividade de estacionamento de veículos, código CNAE n.º 5223-1, Classificação Nacional de Atividade Econômica.

3.2. Estarão impedidas de participar da presente licitação as empresas:

- 3.2.1 suspensas do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, no prazo e nas condições do impedimento;
- 3.2.2 que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
- 3.2.3 que estiverem em regime de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores;
- 3.2.4 constituídas como sociedades cooperativas de qualquer natureza;
- 3.2.5 que tenham como sócio, diretor, gerente ou responsável técnico servidor ou dirigente de qualquer órgão, entidade ou empresa vinculada ao Município de Porto Alegre;
- 3.2.6 enquadradas nas disposições contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- 3.2.7 que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;
- 3.2.8 que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

- 3.3. O conceito de empresa suspensa do direito de licitar ou impedida de contratar com o Município de Porto Alegre abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob seu controle e as fundações por ela instituídas ou mantidas, no prazo e nas condições do impedimento.
- 3.4. São consideradas inidôneas as empresas que assim o tenham sido declaradas por qualquer Administração das esferas de governo Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado e as fundações por elas instituídas ou mantidas.
- 3.5. A participação da LICITANTE neste procedimento implica a expressa concordância aos termos deste EDITAL.
- 3.6. Na hipótese de participação de empresas em CONSÓRCIO, observar-se-ão as seguintes normas:
- 3.6.1 Comprovação de compromisso, por escrito público ou particular, de constituição do CONSÓRCIO, subscrito pelas empresas consorciadas, estabelecendo, com clareza e precisão, compromisso destas entre si e em relação ao objeto desta licitação, bem como a indicação da empresa líder e responsável principal pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO, que exercerá a liderança e a representação do CONSÓRCIO perante o Município de Porto Alegre, com poderes inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, devendo a empresa líder, obrigatoriamente, ter a maior participação no CONSÓRCIO;
- 3.6.2 Apresentação, por parte de cada empresa consorciada, da documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e demais documentos e declarações elencadas no EDITAL, admitindo-se para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
- 3.6.3 Responsabilidade solidária pelos atos praticados em CONSÓRCIO das empresas dele integrantes, tanto nas fases licitatórias quanto na execução do contrato, bem como pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e administrativos referentes ao objeto do contrato, até o seu recebimento definitivo por parte da CONTRATANTE;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 3.6.4 Não será permitida a participação de empresa consorciada, suas coligadas, controladas, controladora ou sob controle comum em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente. Caso uma LICITANTE participe de um CONSÓRCIO, ficará ela impedida de participar isoladamente da concorrência, permanecendo a sua participação apenas no referido CONSÓRCIO;
- 3.6.5 Caso a vencedora do certame seja um CONSÓRCIO, antes da celebração do contrato com a CONTRATANTE, deverá promover a constituição de SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE e tendo como objeto único o serviço público de estacionamento rotativo, a quem será outorgada a CONCESSÃO do serviço nos termos deste EDITAL e do art. 20 da Lei 8.987/95;
- 3.6.6 Comprovação de compromisso de que o CONSÓRCIO não terá a sua composição ou constituição alteradas, ou sob qualquer forma modificadas, sem prévia e expressa anuência do CONCEDENTE;
- 3.7. Cada LICITANTE apresentar-se-á com apenas um representante legal que, devidamente munido de credencial (vide modelo Anexo III - C), será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, por escrito ou oralmente. A não apresentação da carta de credenciamento não implica a inabilitação da LICITANTE, mas impede a manifestação oral ou escrita com relação às decisões tomadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, ou ainda para a interposição ou desistência de eventuais recursos.
- 3.8. Para participar da presente licitação todos os interessados deverão comprovar o recolhimento de garantia de proposta, conforme item “5” deste instrumento.

**4. DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, GARANTIA DA PROPOSTA, PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

- 4.1 No local, data e hora indicados no preâmbulo deste EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO receberá o credenciamento e os envelopes contendo a garantia da proposta, proposta comercial e documentos de habilitação.
- 4.2 A Administração reserva-se o direito de transferir o local, a data e a hora para o recebimento dos envelopes e a abertura das propostas, descabendo, em função disso, qualquer direito das LICITANTES à indenização.
- 4.3 O credenciamento deverá estar na parte externa do ENVELOPE 01, conforme Modelo Anexo III - C.
- 4.4 Serão exigidos 02 (dois) envelopes:
- a) **ENVELOPE 01 – PROPOSTA** – deverá conter os seguintes documentos: garantia da proposta, proposta (conforme Modelo Anexo IV incluindo a [Planilha Proposta Comercial.xlsx](#)), e comprovante de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, se for o caso.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

b) **ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – deverá atender ao item “5.3” deste EDITAL.

4.5 Os documentos relativos ao ENVELOPE 01 e ao ENVELOPE 02 deverão ser apresentados em envelopes separados, fechados e indevassáveis, sob pena de desclassificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE 01 – PROPOSTA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2016**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU NOME DO CONSÓRCIO:**

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2016**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU NOME DO CONSÓRCIO:**

4.6 Depois de iniciados os trabalhos de abertura do ENVELOPE 01 não serão recebidos outros documentos ou propostas, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações nos documentos ou propostas que tiverem sido apresentados, ressalvada a possibilidade de realização de diligências pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

4.7 Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas, os representantes credenciados pelas LICITANTES, com poderes para tal, nos termos do item 4.1, e os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO presentes às reuniões.

4.7.1 Os representantes credenciados pelas LICITANTES deverão estar munidos de documento hábil de identificação em todos os atos da presente CONCORRÊNCIA.

4.8 A rubrica aposta em documentação não implicará o reconhecimento da validade de seu conteúdo, mas tão somente a sua existência legal.

4.9 De todas as reuniões do procedimento licitatório serão lavradas atas, as quais conterão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos proponentes, por eles reduzidas a termo, devendo as atas serem assinadas pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO presentes à reunião e pelos representantes das LICITANTES devidamente credenciados.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 4.10 É facultado à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, sempre que julgar necessário, determinar a realização de reuniões específicas para divulgar o resultado de suas decisões.
- 4.11 Todos os atos do procedimento licitatório serão públicos.
- 4.12 A LICITANTE é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 4.13 A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de inabilitação ou de desclassificação.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA, PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1 DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DA PROPOSTA (ENVELOPE 01)**

- 5.1.1 Deverá ser incluída no ENVELOPE 01 a(s) cópia(s) do(s) comprovante(s) de prestação da garantia de manutenção da(s) proposta(s) emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos deste item. A Garantia de Manutenção de Proposta obedecerá ao seguinte:
- a) Como Garantia de Manutenção de Proposta, a LICITANTE deverá oferecer caução em dinheiro, carta de fiança bancária ou seguro-garantia;
  - b) A garantia deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 4º andar, sala 402, Centro Histórico, Porto Alegre, RS. O atendimento é realizado nos dias úteis das 09h às 11h30min e das 13h30min às 17h e as dúvidas referentes exclusivamente a garantia da proposta podem ser esclarecidas pelos fones (51) 3289-3830.
  - c) A Garantia de Manutenção de Proposta, independentemente do valor da respectiva proposta, deverá ser efetuada no valor equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor estimado do contrato, conforme item “1.5” deste EDITAL. A garantia deverá ser prestada em nome do Município de Porto Alegre, com o CNPJ nº 92.963.560/0001-60;
  - d) A Garantia de Manutenção de Proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de recebimento dos envelopes, devendo ser prorrogada no caso de o Município solicitar e a LICITANTE anuir;
  - e) A recusa na prorrogação da Garantia de Manutenção de Proposta implica a desistência de continuar no processo licitatório;
  - f) As Garantias de Manutenção de Proposta oferecidas pelas LICITANTES serão liberadas/devolvidas a partir do décimo quinto dia útil contado da data de assinatura do contrato, mediante solicitação formal no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- g) A Garantia de Manutenção de Proposta poderá ser apropriada pelo Município de Porto Alegre se a LICITANTE desistir de sua proposta durante o prazo de validade, observado o disposto no § 6º do art. 43 da Lei 8.666/93 e alterações, ou se a LICITANTE vencedora, dentro do prazo fixado, deixar de assinar o contrato.

**5.2 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (ENVELOPE 01):**

- 5.2.1 A PROPOSTA, conforme modelo de formulário (ANEXO IV), deverá ser entregue em 1 (uma) via, em português, datilografada ou digitada, impressa em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo do CNPJ da proponente), sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(ais).

5.2.1.1 A identificação da proponente deverá conter a razão social, o CNPJ e o endereço, podendo conter, ainda, o número do telefone/fax, e-mail e outros elementos de identificação.

- 5.2.2 Na hipótese de participação de empresas em CONSÓRCIO, a PROPOSTA deverá ser entregue em papel que identifique o CONSÓRCIO, devendo constar, ainda, os elementos relacionados no item 5.2.1.1 relativos à empresa líder.

- 5.2.3 A PROPOSTA deverá ser apresentada em termos de **PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA**, considerando até 2 (duas) casas depois da vírgula, escrita em números e por extenso.

5.2.3.1 Considerando que o critério de julgamento é o MAIOR VALOR DE OUTORGA, para efeito de julgamento, o maior PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA, será considerado como MAIOR VALOR DE OUTORGA.

- 5.2.4 A PROPOSTA será considerada completa e deverá abranger todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), custos relativos a todos os serviços preliminares, complementares ou provisórios necessários à perfeita execução dos serviços, custos relativos a mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, seguros, administração e equipamentos necessários à execução do objeto da presente licitação, transporte de material e de pessoal, bem como lucro e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste instrumento convocatório.

- 5.2.5 Na hipótese de erro no valor da PROPOSTA e/ou nas demais condições apresentadas, não serão admitidas retificações por parte da LICITANTE.

- 5.2.6 Sem prejuízo do disposto no item 5.2.1, os interessados poderão utilizar padronização própria para a apresentação das propostas solicitadas neste EDITAL. Deverão, contudo, observar obrigatoriamente que, nas descrições apresentadas, haja a totalidade das informações para o completo atendimento e entendimento das exigências expressas neste instrumento.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 5.2.7 A PROPOSTA deverá ser apresentada observando o critério de MAIOR VALOR DE OUTORGA, através do maior PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA da futura CONCESSIONÁRIA. **O percentual mínimo de repasse aceito pela Administração será de 20% (vinte por cento) da RECEITA BRUTA.**
- 5.2.8 Havendo divergência entre o valor apresentado em números e o escrito por extenso, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO procederá e considerará como correto o valor escrito por extenso e fará a devida correção, declarando este como o valor válido para a Concorrência.
- 5.2.9 O prazo de validade da PROPOSTA é de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação.

**5.3 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02)**

- 5.3.1 As certidões que não tenham prazo de validade legal ou não tenham prazo de validade expresso no corpo do próprio documento ter-se-ão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.
- 5.3.2 Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original ou por cópia reprográfica autenticada por cartório competente, ou ainda, em publicação de órgão de imprensa oficial.
- 5.3.3 Na abertura dos envelopes não haverá, em nenhuma hipótese, confrontação de documentos para autenticação.
- 5.3.4 Não serão aceitos protocolos de entrega, requisição de documentos ou cópias reprográficas efetuadas por fac-símile em substituição aos documentos exigidos neste EDITAL.
- 5.3.5 Os certificados e certidões emitidos por meio de sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela Administração Municipal de Porto Alegre, devendo ser certificada por servidor municipal nos autos do processo administrativo, podendo a LICITANTE apresentar o certificado/certidão já conferido pelo órgão emitente.
- 5.3.5.1 Na hipótese descrita no caput deste item, o servidor do Município de Porto Alegre poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado emitido on-line.
- 5.3.6 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 5.3.7 A ausência de alguma informação em documento exigido neste EDITAL poderá ser suprida pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, se os dados existirem em outro documento apresentado.
- 5.3.8 Após a habilitação, poderá a LICITANTE ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 5.3.9 **O ENVELOPE 02** deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, à qualificação técnica, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e demais declarações elencadas.

**5.3.9.1 Os documentos relativos à habilitação jurídica são os seguintes:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.9.1.1 No caso de empresas reunidas em CONSÓRCIO, deverá ser apresentado o compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito pelas consorciadas, contendo:

- a) denominação do CONSÓRCIO;
- b) composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) organização do CONSÓRCIO;
- d) objetivo do CONSÓRCIO;
- e) indicação da empresa líder como responsável junto ao Poder Concedente por todos os empreendimentos que envolvam o CONSÓRCIO.

5.3.9.1.2 No caso de CONSÓRCIO, deverá ser apresentada também, procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, renunciar a recursos, compromissar-se, receber citações, assinar quaisquer papeis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto do EDITAL;

5.3.9.1.3 No caso de CONSÓRCIO, deverá ser apresentada, declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO, vigente a partir da data de apresentação da documentação e da proposta, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos da Lei 8.666/93, com suas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

alterações, no tocante ao objeto desta concorrência, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na proposta.

**5.3.9.2 Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista são:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mediante certificado emitido pela Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 27, alínea "a", da Lei nº 8.036/90;
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND).
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, através de certidão de quitação de tributos estaduais relativa ao domicílio ou sede da LICITANTE;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município, através de certidão(ões) de quitação de tributos municipais relativa(s) ao domicílio ou sede da LICITANTE;
- g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, no que se refere às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.3.9.2.1 As certidões relativas à regularidade fiscal deverão abranger todos os tributos da esfera de governo emitente.

**5.3.9.3 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá de:**

- a) certidão negativa de falência e concordata e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Distribuidor da sede da LICITANTE;
- b) balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e Demonstrativo de Resultado) do último exercício social que, deverá estar registrado na Junta Comercial, juntamente com o Termo de Abertura e Encerramento, ou publicação no Diário Oficial, ou ainda Termo de Autenticação na Receita Federal-Sistema Público de Escrituração Digital (SPED - Recibo de entrega de Livro Digital, requerimento de Autenticação de Livro Digital, Ativo, Passivo, Demonstrativo de Resultado ou Termo de Autenticação, Termo de Abertura e Encerramento, Ativo, Passivo e Demonstrativo de Resultado) cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme Ordens de Serviço nº 07, de 27/07/99, alterada pela Ordem de Serviço nº 13, de 18/08/2014 e pela Ordem de Serviço nº 04, de 24/01/00.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- c) As MICROEMPRESAS e as EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, assim definidas em Lei, participantes em CONSÓRCIO, dispensadas de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultado, deverão apresentar: prova de faturamento dentro dos limites estabelecidos naquela Lei, através dos meios de prova permitidos em direito e julgados e aceitos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. Serão aceitos pela Comissão Especial de Licitação os seguintes documentos para comprovação do disposto acima: A Declaração do Simples Nacional (Extrato do Simples Nacional) a Declaração do Imposto de Renda ou o Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e DRE) do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme Resolução 563 de 28/10/83 e alterações, do Conselho Federal de Contabilidade) fazem a prova de faturamento.

**5.3.9.4 A documentação relativa à qualificação técnica consistirá de:**

- A) O Licitante deverá apresentar para fins habilitatórios, atestado(s) de capacidade operacional fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, que comprove que a LICITANTE presta ou prestou serviços compatíveis em características, quantidade, no mínimo 1.000 (mil) vagas de estacionamento em um único atestado ou em mais de um atestado, desde que em período coincidente e por no mínimo 01 (um) ano, na forma do artigo 30, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93. **Entende-se por serviço compatível a prestação de SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.**
- I) O(s) atestado(s) deverá(ao) ser emitido(s) em papel que identifique o atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os meios de contato para eventual consulta ou diligência.
- II) O ATESTADO deverá ser apresentado em nome da LICITANTE, por se tratar de comprovação de experiência operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente.
- III) Tratando-se de consórcio, a comprovação referida na alínea "a" do item 5.3.9.4 poderá ser feita através do somatório de atestados, observado o quantitativo exigido, o período coincidente e o prazo mínimo de 01 (um ano), disciplinados na cláusula supracitada. Deverá ser observado ainda, que cada uma das empresas consorciadas, deverá comprovar no mínimo, atestado com quantitativos proporcional à sua participação percentual no consórcio.

**5.3.9.5 Para o atendimento da determinação prevista no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 e alterações, a LICITANTE deverá apresentar declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos da Lei Municipal nº 8.874, de 15 de janeiro de 2002, alterada pela Lei Municipal nº 10.206, de 20 de junho de 2007 (Modelo do ANEXO III - A).**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**5.3.9.6 Junto a HABILITAÇÃO, no ENVELOPE 02, a licitante deverá apresentar declaração de que não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015, conforme Lei Municipal nº 11.925 de 29 de setembro de 2015, conforme ANEXO VI.**

**5.3.9.6.1 No caso de consórcio, todas as empresas participantes deverão declarar o cumprimento do disposto no item “5.3.9.6”.**

**5.3.9.7 A LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, conforme MODELO do ANEXO III – B deste EDITAL.**

**5.3.9.8 A LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE PARA O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS, conforme MODELO do ANEXO III – D deste EDITAL.**

## **6. DO PROCEDIMENTO DA ETAPA DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

6.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO conforme previsto no artigo 18-A da Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, alterada pela Lei 11.196 de 2005 definiu que **haverá a INVERSÃO DE FASES de habilitação e julgamento.**

6.2 Os ENVELOPES 01 serão abertos no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste EDITAL.

6.3 Os ENVELOPES 02 serão rubricados pelos representantes credenciados das proponentes e pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO presentes à reunião.

6.3.1 Estes envelopes ficarão sob a guarda da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, acondicionados em invólucros devidamente fechados à vista dos presentes.

6.4 Os ENVELOPES 02 serão abertos posteriormente, em datas designadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e publicadas no Diário Oficial do Município de Porto Alegre (DOPA), com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas).

## **7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO verificará se os envelopes entregues pelas proponentes estão em conformidade com o EDITAL.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) deixarem de atender, no todo ou em parte, as condições deste EDITAL;
- b) propuserem encargos financeiros ou oferecerem vantagens baseadas nas ofertas das demais LICITANTES;
- c) propuserem percentual inferior ao fixado no item 5.2.7 deste EDITAL;

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- d) sejam inexecutáveis, ou apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento;
- e) desatender ao item 3.6.4 deste EDITAL.

7.3 As LICITANTES serão classificadas segundo o MAIOR VALOR DE OUTORGA ofertado, considerando como MAIOR VALOR DE OUTORGA, o maior PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA.

7.4 Concluído o julgamento, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fará a classificação das LICITANTES em ordem decrescente do MAIOR VALOR DE OUTORGA.

7.5 Em caso de empate a classificação final se fará por sorteio em sessão pública, para a qual todas as LICITANTES interessadas serão convocadas através de publicação no Diário Oficial do Município de Porto Alegre – DOPA, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.5.1 O sorteio será realizado pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO utilizando envelope contendo os nomes das LICITANTES empatadas, sendo considerada vencedora, a empresa que tiver escrutinado o seu nome por primeiro (tiver o nome retirado do envelope por primeiro). As demais propostas empatadas serão classificadas na ordem subsequente do escrutínio.

7.5.2 O referido sorteio realizar-se-á independente do comparecimento das proponentes, circunstância esta que será devidamente registrada em ata.

7.6 O critério de julgamento da presente licitação observará o disposto no art. 15, inciso II da Lei Federal 8.987/95 - a MAIOR OFERTA, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.

**7.7 No dia, hora e endereço indicados no preâmbulo do EDITAL, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em sessão pública, receberá os envelopes de cada LICITANTE, procedendo ao credenciamento e abertura dos ENVELOPES 01.**

7.8 Após, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO dará vista de toda documentação do ENVELOPE nº 01 a todos os presentes para fins de rubrica que significará o reconhecimento da mera existência física dos documentos.

7.9 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, à vista de todos os presentes, procederá a guarda dos envelopes 02 em invólucro indevassável, rubricados pelos membros da comissão e credenciados das LICITANTES.

7.10 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO lavrará e assinará atas circunstanciadas das sessões da licitação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 7.11 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com a conveniência administrativa, suspender, motivadamente, as sessões da licitação, convocando os LICITANTES para se apresentarem em outro horário ou data.
- 7.12 Caberá recurso administrativo, conforme estabelecido no item “9” deste EDITAL, contra todo e qualquer ato decisório da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

**8. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1 No dia, horário e local a serem estabelecidos, na presença dos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e dos representantes das LICITANTES, em sessão pública, será aberto o ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar.
- 8.1.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO dará vista de toda documentação do ENVELOPE nº 02 a todos os presentes para fins de rubrica que significará o reconhecimento da mera existência física dos documentos.
- 8.1.2 Da sessão pública de abertura do ENVELOPE 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será lavrada ata circunstanciada dos fatos.
- 8.2 Em virtude da INVERSÃO DE FASES previstas nesta licitação, para verificação da validade dos documentos será considerada a data de apresentação dos documentos.**
- 8.3 Após a apreciação e o julgamento da documentação, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO divulgará o resultado da fase de habilitação, com a indicação do nome da LICITANTE habilitada.
- 8.3.1 Será considerada habilitada a LICITANTE que apresentar todos os documentos em conformidade ao estabelecido no presente EDITAL.
- 8.3.2 Será inhabilitada a LICITANTE cuja documentação não esteja em consonância com as exigências deste instrumento convocatório.
- 8.4 O ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO das demais LICITANTES que não forem abertos serão mantidos incólumes e ficarão à disposição dos respectivos proponentes para serem retirados no prazo de 15 dias após a publicação do resultado final, findo o qual serão inutilizados sem quaisquer formalidades.
- 8.5 Se positiva a decisão de habilitação, o LICITANTE será confirmado como vencedor da licitação e o resultado será publicado no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA).
- 8.6 Na hipótese de inhabilitação da LICITANTE, será efetuada a abertura do ENVELOPE 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e a análise da respectiva documentação do LICITANTE cuja PROPOSTA foi classificada em posição imediatamente posterior,

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

adotando-se o procedimento anteriormente indicado, de forma sucessiva até que se dê a devida habilitação de um dos LICITANTES.

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1 Das decisões da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 9.2 Qualquer recurso relativo a esta licitação deverá ser interposto no prazo legal e dirigido ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 9.2.1 Todos os recursos interpostos deverão ser escritos em português, digitados ou datilografados, impressos em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo do CNPJ da recorrente) e protocolizados na Área de Compras e Serviços da Secretaria Municipal da Fazenda, sita à Rua Siqueira Campos, nº 1300, 3º andar, sala 307 Centro, Porto Alegre, RS.
- 9.2.2 Na hipótese da recorrente ser CONSÓRCIO de empresas, o papel utilizado na apresentação do recurso deverá ser identificado com o nome do CONSÓRCIO e o nome e o CNPJ da empresa líder.
- 9.3 Interposto o recurso, dele será dada ciência às LICITANTES através de publicação no Diário Oficial do Município de Porto Alegre.
- 9.4 As LICITANTES poderão impugnar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação de que trata o item 9.3. do EDITAL.

## **10. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

- 10.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, à vista do relatório da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, proferirá sua decisão, homologando, se for o caso, a licitação, e adjudicando o objeto ao vencedor, se inexistir, em qualquer uma das fases, ilegalidade prejudicial ao certame.
- 10.1.1 Nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações, a autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 10.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o proponente vencedor será convocado para assinar o contrato, conforme o item “11” deste EDITAL.
- 10.3 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura do instrumento contratual, observadas as cláusulas deste EDITAL e a proposta vencedora.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 10.4 O CONTRATO resultante da presente licitação será celebrado entre o Município de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT) e a empresa vencedora do certame.

**11. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, CONTRATAÇÃO E GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

- 11.1 Como condição para a sua contratação, a ADJUDICATÁRIA deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação e prestar as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE dentro dos prazos estipulados.
- 11.2 Visando a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas na execução do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** na data de assinatura do contrato, em favor do PODER CONCEDENTE, garantia no montante de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do contrato de CONCESSÃO, a ser(em) contratado(s), em caução em dinheiro ou carta de fiança bancária ou seguro-garantia, a qual deverá ser mantida durante toda a vigência da CONCESSÃO.
- 11.2.1 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo poder concedente à Concessionária;
  - d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Concessionária;
  - e) Demais obrigações estabelecidas no EDITAL e no contrato.
- 11.2.2 O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do EDITAL e das cláusulas contratuais.
- 11.3 A garantia prestada pelo contratado, será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pela correção da poupança, conforme prevê a Lei 8.666/93 art. 56 §4º, exceto os valores descontados por motivo de aplicação de multas.
- 11.4 A Garantia de Execução do Contrato deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 4º andar, sala 402, Centro Histórico, Porto Alegre, RS. O atendimento é realizado nos dias úteis das 09h às 11h30min e das 13h30min às 17h e as dúvidas, exclusivamente, referentes à garantia de execução do contrato podem ser esclarecidas pelos fones 51 3289 3830.
- 11.5 Para a assinatura do contrato são obrigações da ADJUDICATÁRIA:

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- a) indicar o nome do seu representante legal, para inclusão no contrato;
  - b) prestar a garantia prevista no EDITAL;
  - c) caso o vencedor do certame seja CONSÓRCIO, fica obrigado a promover a constituição e o registro do CONSÓRCIO nos termos do compromisso referido no item 3.6.1, tendo como objeto a prestação de serviço público de estacionamento rotativo, a quem será delegado o serviço, nos termos do art. 20 da Lei 8.987/95 e no inciso I, do art. 33, da Lei nº 8.666/93. A assinatura do contrato poderá ser realizada mediante a apresentação do protocolo de requerimento da constituição e do registro do CONSÓRCIO na Junta Comercial de sua sede.
- 11.6 A ADJUDICATÁRIA da presente licitação assinará o CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos da minuta do ANEXO V, que integra e complementa este EDITAL, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da convocação pela Procuradoria-Geral do Município (PGM), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 11.6.1 Juntamente com a assinatura do contrato será dada a **Ordem de Início**, estabelecendo o dia (dia/mês/ano) para início das atividades do serviço de estacionamento rotativo. A data estabelecida para início das atividades será computada como primeiro dia da vigência contratual.
- 11.6.2 O período para mobilização da CONCESSIONÁRIA, interregno de tempo entre a assinatura do contrato e o início das atividades será de 60 (sessenta) dias.
- 11.7 O não atendimento da ADJUDICATÁRIA à convocação para assinatura do CONTRATO ou a sua recusa injustificada em assiná-lo no prazo estipulado sujeitará o infrator à execução da GARANTIA DE PROPOSTA, em favor da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sem prejuízo das demais penalidades legais.
- 11.8 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela ADJUDICATÁRIA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Poder Público.
- 11.9 Na hipótese da ADJUDICATÁRIA se recusar a assinar o contrato, é prerrogativa da Secretaria Municipal da Fazenda adjudicar o objeto da licitação às LICITANTES remanescentes, na estrita ordem de classificação final, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao percentual de outorga, em conformidade com o ato convocatório.
- 11.10 Em decorrência da recusa da primeira colocada em assinar o contrato, a Administração poderá revogar a presente licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 11.11 A **vigência** do contrato de prestação de serviços relacionado a este EDITAL será de **10 (dez) anos, improrrogáveis**, contados da data de início das atividades disciplinada na “Ordem de Início dos Serviços”, emitida após a assinatura do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 11.12 A concessionária não poderá transferir a outrem as obrigações decorrentes desta licitação, exceto nos casos de recolhimento de valores e manutenção de equipamentos.

**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

- 12.1 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços na forma ajustada e cumprir fielmente as obrigações do instrumento contratual, sendo vedada qualquer alteração sem a concordância, por escrito, do PODER CONCEDENTE.
- 12.2 A CONCESSIONÁRIA, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deverá mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções.
- 12.3 Assumir todos os ônus referentes à compra, implantação, execução, manutenção, sinalização, divulgação e equipamentos necessários ao Sistema de Estacionamento Rotativo.
- 12.4 Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.
- 12.5 Fornecer equipe técnico-administrativa e equipe de serviços, comprometendo-se a manter a qualidade dos serviços durante a vigência do contrato.
- 12.6 Prestar serviço adequado, obedecendo às normas técnicas aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE e pela legislação de trânsito pertinente.
- 12.7 A CONCESSIONÁRIA obrigar-se-á a substituir ou a complementar todos os serviços que estiverem em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades contratadas estabelecidas nos anexos deste EDITAL ou no contrato.
- 12.8 A CONCESSIONÁRIA deverá submeter-se à fiscalização e manter comunicação regular com o PODER CONCEDENTE, para que este acompanhe e fiscalize a execução dos serviços.
- 12.9 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir as determinações da fiscalização para a regular prestação do serviço e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.
- 12.10 A CONCESSIONÁRIA deverá indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 12.11 A CONCESSIONÁRIA deverá permitir controles parciais ou totais por parte do PODER CONCEDENTE, visando a assegurar o cumprimento das especificações técnicas descritas neste EDITAL e seus Anexos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 12.12 Correrão por conta da CONCESSIONÁRIA todas as despesas com mão-de-obra, transporte, manutenção, seguro, hospedagem, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços contratados.
- 12.13 A CONCESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pelo planejamento e condução de todos os trabalhos que, por força de contrato, lhe forem afetos, de modo a salvaguardar, convenientemente, o seu próprio pessoal e qualquer outro de acidentes, bem como evitar prejuízos a bens do PODER CONCEDENTE.
- 12.14 A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos danos que causar diretamente a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 12.15 A CONCESSIONÁRIA assumirá as responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela prestação do serviço contratado.
- 12.16 Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar junto aos órgãos competentes todas as autorizações que se fizerem necessárias à prestação dos serviços.
- 12.17 Eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades deverão ser informados e justificados por escrito pela CONCESSIONÁRIA.
- 12.18 A CONCESSIONÁRIA manter-se-á, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.19 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, durante a execução do CONTRATO, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.
- 12.20 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.
- 12.21 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, inclusive as de cunho trabalhista, estendendo-se a responsabilidade para os efeitos judiciais decorrentes desta Concorrência.
- 12.22 À CONCESSIONÁRIA é vedada a realização de qualquer espécie de publicidade nos parquímetros ou nas demais estruturas destinadas à prestação do serviço público em questão, salvo nos casos de campanhas institucionais para educação para o trânsito, com prévia consulta ao PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 12.23 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos os contratos de trabalho regidos pela CLT, independentemente de seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.
- 12.24 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício – DRE, demonstrando o resultado das operações, considerando como data limite o dia 30 de abril de cada ano, referente ao exercício financeiro do ano anterior.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

- 13.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais da CONCESSÃO.
- 13.2 Comunicar à CONCESSIONÁRIA, observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, qualquer alteração de natureza operacional na prestação dos serviços, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 13.3 Efetuar a fiscalização do uso indevido das áreas destinadas ao estacionamento rotativo, aplicando, sempre que possível, as penalidades cabíveis, nos casos previstos em Lei;
- 13.4 Prestar as informações, fazer os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA e usuários.
- 13.5 Intervir na prestação dos serviços nos casos e condições previstas em lei;
- 13.6 Fiscalizar, diretamente ou por meio de empresa ou instituição contratada ou conveniada para este fim, a execução dos serviços objeto desta licitação.
- 13.7 Exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços.
- 13.8 Advertir a CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, sempre que observar alguma irregularidade.
- 13.9 Findo o prazo do contrato ou com a extinção da concessão, reverterão ao PODER CONCEDENTE somente as sinalizações verticais e horizontais implantadas durante a Concessão.

**14. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PRAZOS E METAS**

- 14.1 Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste EDITAL, na proposta vencedora e no respectivo contrato, implicando a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

não observância desta condição a recusa no recebimento dos serviços, não se responsabilizando o PODER CONCEDENTE por qualquer indenização.

- 14.2 A execução dos serviços objeto do presente EDITAL deverá ter início na data aprazada na “Ordem de Início”.
- 14.3 A CONCESSIONÁRIA poderá alterar os seus processos de trabalho em função de avanços tecnológicos, desde que sejam atendidas as exigências deste EDITAL, devendo a CONCESSIONÁRIA sujeitar-se, para isso, à autorização prévia do PODER CONCEDENTE.
- 14.4 Qualquer medida que implique a alteração dos serviços contratados deverá ser submetida à prévia apreciação e aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 14.5 **O prazo de vigência da presente CONCESSÃO será de 10 (dez) anos, improrrogáveis**, cuja contagem se dará a partir da data aprazada na Ordem de Início dos serviços.
- 14.6 A CONCESSIONÁRIA deverá observar e cumprir, ao longo de toda a duração da outorga pública, os requisitos mínimos e as especificações técnicas constantes neste EDITAL e em seus Anexos, no respectivo CONTRATO, na legislação vigente aplicável e nos compromissos assumidos, como LICITANTE, por meio de sua PROPOSTA.
- 14.7 A meta da presente CONCESSÃO é oferecer, com qualidade e eficiência, o serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste, a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre.

**15. DO REPASSE DO VALOR DA OUTORGA E DAS PRESTAÇÕES DE CONTA**

- 15.1 A CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação** no período, com indicação da RECEITA BRUTA AUFERIDA, dos impostos diretos incidentes (ISS, IR, PIS e COFINS) e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade.
- 15.2 Os documentos impressos (bobinas de recolhimento dos valores, fita resumo dos parquímetros, etc.) que comprovam as informações prestadas no relatório acima descrito, devem ser disponibilizados semanalmente pela CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE.
- 15.3 A RECEITA BRUTA AUFERIDA se dará da seguinte forma:

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 15.3.1 Pela soma das tarifas de estacionamento pagas pelos usuários através da aquisição de tíquetes junto aos parquímetros, bem como das outras formas de aquisição de vagas destinadas ao estacionamento rotativo, integrantes do sistema;
- 15.3.2 Pela soma de toda a comercialização de cartões com o valor do crédito embutido e demais formas de comercialização de créditos.
- 15.4 O VALOR DE OUTORGA deverá ser repassado ao PODER CONCEDENTE **até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de referência** (competência), ao longo de toda a contratualidade e se dará a partir do início do serviço.
- 15.4.1 O VALOR DE REPASSE MENSAL será obtido através do produto entre o **PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA** e a RECEITA BRUTA AUFERIDA no mês de referência.
- VRM** = Valor de repasse mensal = Valor de outorga devido no mês de referência;
- K** = Razão centesimal relativa ao PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA ;
- RBA** = Receita bruta auferida no sistema no mês de referência, relativa à arrecadação do serviço de estacionamento rotativo pago no Município de Porto Alegre.

$$\text{VRM} = \text{K} * \text{RBA}$$

- 15.4.2 Caso o dia aprazado para repasse do VALOR DE OUTORGA para o PODER CONCEDENTE ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente à data do vencimento.
- 15.4.3 A não quitação do VALOR DE OUTORGA na data ajustada acarretará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre valor devido e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- 15.4.4 Se o atraso no pagamento do percentual de repasse devido pela CONCESSIONÁRIA exceder a 90 (noventa) dias, a concessão poderá ser rescindida.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, conforme art. 38 da Lei nº 8.987/1995.
- 16.2 A Administração poderá ainda, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a defesa prévia, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:
- a) advertência, por escrito;
  - b) multa, prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
  - c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto Alegre, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3 A adjudicatária arcará com a multa indenizatória de 3% (três por cento) sobre o valor estimado da contratação se desistir do objeto contratado, recusando-se a assinar o contrato.
- 16.4 A CONCESSIONÁRIA arcará com multa indenizatória de 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato se rescindir, sem justificativa, ou transferir integralmente o contrato objeto da presente licitação, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.
- 16.5 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser cobrada judicial/extra-judicialmente ou, ainda, descontada da Garantia de Execução do Contrato, a critério da Administração.
- 16.6 O prazo para defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.
- 16.7 Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da sanção no Diário Oficial do Município de Porto Alegre.
- 16.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Executantes de Serviços e Obras, da Secretaria Municipal de Obras e Viação – CESO/SMOV.
- 16.9 Poderá ser aplicada multa indenizatória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total contratado quando a CONCESSIONÁRIA:
- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
  - b) subcontratar, transferir ou ceder parte de suas obrigações a terceiros, sem a autorização do PODER CONCEDENTE.
  - c) desatender as determinações da fiscalização;
  - d) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas neste EDITAL;
  - e) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, independente da obrigação da CONCESSIONÁRIA em reparar os danos causados;
  - f) não providenciar as autorizações de que trata este EDITAL;
  - g) não alocar os recursos humanos especializados neste EDITAL.
- 16.10 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- 16.11 As penalidades de advertência por escrito e multa, bem como a de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

de Porto Alegre, serão aplicadas pelo PODER CONCEDENTE, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua notificação.

- 16.12 A declaração de inidoneidade é de competência do Secretário Municipal da Fazenda, facultada a defesa da CONCESSIONÁRIA, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura para vista do processo.

**17. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

- 17.1 Extinguir-se-á o Contrato de CONCESSÃO nos seguintes casos:

- a) advento do termo contratual;
- b) encampação;
- c) caducidade;
- d) rescisão;
- e) anulação;
- f) falência ou extinção da CONTRATADA.

- 17.2 Extinta a CONCESSÃO, o exercício de todos os direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA retornarão ao PODER CONCEDENTE, havendo imediata assunção dos SERVIÇOS por este, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações que se fizerem necessários.

- 17.3 Nos casos de advento do termo contratual e encampação, o PODER CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na legislação.

- 17.4 A extinção da concessão, por advento do termo contratual, far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos, vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços pertinentes à concessão.

- 17.5 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo PODER CONCEDENTE, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização, nos termos do Art. 37 da Lei 8.987/95.

- 17.6 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração da caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, nas seguintes hipóteses:

- a) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e indicadores definidos neste EDITAL e no CONTRATO;

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- b) a CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à concessão;
- c) a CONCESSIONÁRIA paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- d) a CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, ou as condições mínimas de habilitação definidas no EDITAL de licitação que antecedeu a contratação;
- e) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço no prazo estipulado;
- f) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do Art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- g) O descumprimento injustificado pela CONTRATADA do prazo limite para o início das atividades.

17.7 A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada, ainda, quando a CONCESSIONÁRIA transferir o CONTRATO ou o controle societário, sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE, nos termos do item 18 deste EDITAL.

17.8 A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.9 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de serem comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais abrangidos pelos casos relacionados no CONTRATO, com a abertura, em cada caso, de prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

17.10 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por Decreto do Prefeito Municipal, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

17.10.1 A indenização de que trata o item acima, será devida na forma estabelecida em Lei, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA.

17.10.2 A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- a) a execução da garantia contratual;
- b) retenção de eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 17.10.3 Declarada a caducidade, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 17.10.4 O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE mediante ação judicial especialmente intentada para este fim, ocasião em que os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados, até decisão judicial transitada em julgado.
- 17.10.5 Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE aqueles bens reversíveis, quando previstos em EDITAL.

**18. DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA**

- 18.1 A transferência do CONTRATO ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, implicará a caducidade da CONCESSÃO.
- 18.1.1 Para fins de obtenção da anuência, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
  - b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
- 18.2 Fica desde logo anuída a eventual transferência do CONTRATO para SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO formada pelas mesmas empresas consorciadas que o subscreveram inicialmente.
- 18.3 O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a assunção do controle ou a administração temporária da CONCESSIONÁRIA para seus financiadores e garantidores, visando a promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, nos termos do art. 27-A da Lei n. 8.987/95.
- 18.3.1 Nesta hipótese, o PODER CONCEDENTE exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, dispensando-se requisitos de capacidade técnica e econômica.
- 18.3.2 A assunção do controle ou a administração temporária não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores para com terceiros, PODER CONCEDENTE e usuários do serviço público.
- 18.4 Dependerá também de autorização prévia do PODER CONCEDENTE a alteração da composição do CONSÓRCIO formador da CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos do subitem 18.3.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**19. DA FISCALIZAÇÃO**

- 19.1 A fiscalização da execução do CONTRATO e dos SERVIÇOS será realizada pelo Município de Porto Alegre e pela Secretaria Municipal dos Transportes - SMT, de acordo com o exposto na legislação que disciplina a atividade, nos termos do EDITAL e do contrato.
- 19.1.1 A fiscalização de que trata este item não isenta a CONCESSIONÁRIA das responsabilidades estabelecidas pela lei e pelo contrato.
- 19.2 A fiscalização do contrato será feita diretamente por servidores indicados pelo PODER CONCEDENTE ou por meio de empresa ou instituição contratada ou conveniada para este fim.
- 19.3 A fiscalização deverá recusar os serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições definidas neste EDITAL, PROJETO BÁSICO (ANEXO I), ou em desacordo com as normas técnicas e a legislação pertinente.
- 19.4 A fiscalização do contrato procederá a verificação e a aprovação dos documentos de medição, boletins, relatórios, fotos, plantas e outros documentos fornecidos pela CONCESSIONÁRIA decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, sendo-lhe lícito opinar, propor modificações, considerando-se as boas normas técnicas vigentes, bem como o interesse público, manifestado através do PODER CONCEDENTE.

**20. DOS BENS REVERSÍVEIS**

- 20.1 Findo o prazo do contrato ou com a extinção da concessão, reverterão ao PODER CONCEDENTE somente as sinalizações verticais e horizontais implantadas durante a Concessão.

**21. DO REAJUSTE**

- 21.1 Por meio de decreto, o PODER CONCEDENTE poderá alterar o valor da tarifa, bem como implementar sistema de tarifas diferenciadas em determinadas regiões e/ou horários, objetivando a regulação e a maximização do desempenho do sistema viário.
- 21.1.1 A revisão do valor da tarifa durante a vigência da Concessão se dará única e exclusivamente por iniciativa do Poder Público.

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

- 22.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 22.2 Na hipótese de todas as LICITANTES serem inabilitadas ou de todas as propostas serem desclassificadas, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar às LICITANTES o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação, conforme § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 22.3 O Município de Porto Alegre poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba às LICITANTES direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 22.4 O Município de Porto Alegre deverá anular a presente licitação, no todo ou em parte, de ofício ou por provocação, sempre que ocorrer ilegalidade. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.
- 22.4.1 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.
- 22.5 As reuniões de abertura dos envelopes serão sempre públicas e de prévia ciência das LICITANTES.
- 22.6 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO reserva-se o direito de realizar o julgamento dos documentos de habilitação e das propostas reservadamente ou em público.
- 22.7 Será facultado à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como solicitar aos órgãos competentes, a critério do Município de Porto Alegre, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão.
- 22.8 Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 22.9 Decairá do direito de impugnar o EDITAL ou parte dele a LICITANTE que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.
- 22.10 O acolhimento das propostas e sua classificação final no certame licitatório não geram direito adquirido às proponentes à adjudicação dos serviços que constituem o objeto desta licitação.
- 22.11 As interessadas poderão apresentar pedido de esclarecimento, que deverá ser feito por escrito, até o oitavo dia antecedente à data de entrega dos envelopes, diretamente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, através do e-mail [parquímetros.celic@smf.prefpoa.com.br](mailto:parquímetros.celic@smf.prefpoa.com.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 22.12 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO terá até o quinto dia antecedente à data da entrega dos envelopes para responder os esclarecimentos a que se refere o item 21.11.
- 22.13 Não sendo solicitado esclarecimento dentro do prazo estabelecido neste EDITAL, pressupõe-se que os elementos fornecidos são claros e precisos para permitir a apresentação das propostas.
- 22.14 Os recursos ou pedidos de impugnação deverão ser feitos por escrito e entregues diretamente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em dias de expediente integral na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no horário das 9h às 11h30min e das 13h30min às 17h, junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, sito na Secretaria Municipal da Fazenda, na sala 307 no 3º andar do prédio nº 1300 da Rua Siqueira Campos, Centro, Porto Alegre.
- 22.14.1 Todos os recursos, impugnações e pedidos de esclarecimento serão respondidos por escrito, observados os prazos legais e os deste EDITAL estabelecidos para as interposições e respostas.
- 22.15 Cópias deste EDITAL poderão ser obtidas junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no endereço e horários que constam do item 21.14 mediante o pagamento de R\$ 1,10 (um real e dez centavos) por cópia, mediante identificação do interessado, informando o CNPJ/CPF e o nome completo, ou gratuitamente através do site [www2.portoalegre.rs.gov.br/smf](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf), menu “Licitações”, “Licitações de Concessões”.
- 22.16 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelos LICITANTES.
- 22.17 O LICITANTE, sempre que solicitado, deverá disponibilizar para a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO seus livros, registros contábeis e fiscais, quando houver necessidade de comprovação de dados para a correta avaliação, certificação e comprovação da situação financeira do LICITANTE, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes deste EDITAL.
- 22.18 Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos originados pelo presente EDITAL e pelo futuro contrato, com a renúncia a quaisquer outros, por mais privilegiados que possam ser.

Porto Alegre, 18 abril de 2016.

**César Augusto Pereira**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**ANEXO I**  
**PROJETO BÁSICO E**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. INTRODUÇÃO**

O crescimento populacional nas cidades, o uso contínuo dos recursos naturais de uma forma irresponsável, o constante aumento da infra-estrutura urbana tem como principal consequência a deterioração da qualidade de vida dos seus moradores. O desenvolvimento das cidades ainda é associado ao barulho, à poluição atmosférica, aos congestionamentos, à insegurança e ao urbanismo desordenado.

As políticas urbanas em todo o mundo estão evoluindo para a adoção de políticas baseadas no interesse coletivo, com desenvolvimento sustentável, economicamente viável, socialmente aceitável e respeitador do meio ambiente.

Para promover um planejamento urbano sustentável, com foco na qualidade de vida do cidadão, é importante adotar os instrumentos políticos, técnicos e mecanismos de legislação essenciais à gestão da cidade.

Nesta perspectiva, a competência na gestão da mobilidade tem um peso importante para assegurar a melhoria contínua da qualidade de vida na cidade, potencializando os resultados no médio prazo, em busca da sustentabilidade.

Cabe à Administração Pública adotar medidas de regulação da utilização do espaço público da cidade, que visem ao interesse coletivo, à segurança, ao conforto dos usuários e à sustentabilidade. Como no caso da escassez do espaço de circulação ou parada de veículos, de restrições físicas de circulação de pedestres e diante da necessidade de transportar pessoas e mercadorias na cidade, por exemplo.

Importante referir ainda, que o espaço físico disponível em vias e logradouros públicos, em algumas áreas das grandes cidades, para estacionar ou até mesmo parar um veículo, no intuito de realizar um embarque/desembarque – carga/descarga está cada vez mais escasso.

Uma das principais causas deste fenômeno está no aumento significativo da frota de veículos inversamente proporcional ao aumento da infraestrutura. Neste contexto, o espaço físico destinado às vagas para parar ou estacionar está tendo uma grande demanda, o que resulta numa espécie de disputa pelos referidos espaços de forma constante e crescente.

O estacionamento regulamentado rotativo pago, em vias e logradouros públicos, é um poderoso instrumento de gestão de trânsito, enquanto ordenador do uso do solo viário urbano. Esta é a melhor opção de que dispõe as cidades que desejam efetivamente resolver o problema da carência de vagas de estacionamento em regiões comerciais e de serviços. Esta opção é largamente utilizada em todo o mundo de diversas maneiras.

No Brasil, a cidade de São Paulo foi a primeira a implantar o sistema, em 1974, quando foi criada a chamada “Zona Azul”, operacionalizada, até os dias de hoje, por sistema manual de distribuição, arrecadação e controle. O sistema encontra-se em fase de transição



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

para gestão eletrônica, face às diversas vantagens operacionais e de controle financeiro oferecidas pelo sistema automático.

Em Porto Alegre, o estacionamento rotativo pago eletrônico completou em março de 2011, dez anos de operação. A facilidade na operação, gestão e controle do sistema na cidade foi comprovada nesses anos pela administração municipal e pelos usuários. As solicitações de comerciantes de áreas não contempladas pelo sistema atual, para implantação do estacionamento rotativo pago, evidenciam sua eficácia como fomentador de desenvolvimento econômico e urbano.

Neste período de operação foi possível identificar alguns fatores que são de grande importância para o sucesso do sistema, dentre eles destacam-se:

- A garantia ao usuário de facilidade na aquisição dos créditos para estacionamento, seja na disponibilidade de equipamentos, sua localização, na sua utilização, na simplicidade das transações e na diversidade de opções de pagamento;
- A possibilidade de o usuário optar pelo período de tempo que pretende estacionar, dentro dos limites estabelecidos, e pagar proporcionalmente à fração de tempo escolhida, entre tarifa mínima e máxima;
- A transparência proporcionada ao usuário e para toda a população, da transação efetuada, fornecendo comprovante das UEs – Unidades de Estacionamento – adquiridas;
- A possibilidade de um excelente controle operacional e financeiro do Poder Público sobre o sistema;
- A mínima utilização do espaço público para instalação dos equipamentos, através da sua distribuição planejada, no dimensionamento adequado do número de máquinas e projeto criterioso, visando à manutenção da largura e condições dos passeios públicos, adequados à utilização universal;
- A garantia de sustentabilidade financeira, com planejamento, implantação e gestão eficazes, visando a não onerar o Poder Público e a população não usuária.

Também foi possível identificar alguns fatores que são de grande importância para o sucesso do sistema e que podem ser melhorados, dentre eles destacam-se:

- Novos meios de pagamento garantindo ainda mais comodidade ao usuário. A utilização de novas tecnologias, como telefone celular e internet, por exemplo, além de outros meios que podem ser adotados como uma forma de aquisição de tempo de estacionamento, cuja finalidade será proporcionar conforto e segurança aos usuários do estacionamento público rotativo.
- A necessidade da implantação de um sistema de gestão visa a aprimorar a qualidade do serviço e a fiscalização através de novas tecnologias e sistemas de controle, emissão de relatórios estatísticos que possibilitem análise da ocupação das vagas por setores, rua, entre outros.

O sistema atual de estacionamento rotativo pago, em operação nesta Capital, conta com 220 Equipamentos Eletrônicos Multivagas, que controlam 4.361 vagas. O horário padrão de funcionamento compreende o período das 8 horas às 19 horas, de segunda à sexta-feira e das 8 horas às 13 horas aos sábados.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

O sistema em operação disponibiliza aos usuários/coletividade, duas formas de pagamento: a primeira e, usualmente a mais utilizada, é feita mediante a utilização de moedas que são inseridas nos parquímetros; pela segunda o pagamento é feito por meio de um cartão magnético que contém créditos.

Neste sentido, das observações acima narradas, pode-se concluir, sem sombra de dúvidas, que o estacionamento regulamentado rotativo pago, é considerado um poderoso instrumento de gestão de trânsito enquanto ordenador do uso do solo viário urbano.

## **2. OBJETO:**

- 2.1** O objeto da presente concorrência a outorga de concessão onerosa de serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre.
- 2.2** O Sistema de Estacionamento Rotativo Pago consiste no serviço de estacionamento pago com tempo máximo de permanência limitado, com opção de pagamento por fração de tempo entre o valor mínimo e o valor máximo.
- 2.3** Atualmente o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago é composto por 4.361 (quatro mil trezentos e sessenta e uma) vagas, controladas por **220 (duzentos e vinte) parquímetros multivagas**, instalados nas áreas indicadas no item 15 – Cronograma de Substituição/Tabela 1.
- 2.4** Ao longo do prazo de vigência do contrato, o PODER CONCEDENTE avaliará a necessidade de expansão do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, com a inclusão de novas vagas conforme a necessidade.

## **3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

### **3.1 DA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ATUAIS**

- 3.1.1 A CONCESSIONÁRIA deverá substituir todos os parquímetros atualmente implantados por equipamentos novos**, conforme marca e modelo ofertado em sua proposta, por ocasião da participação no presente certame.
  - 3.1.1.1** A substituição deverá ser feita de forma gradativa, de modo que esta não resulte na paralisação completa dos serviços prestados na área azul, observado o cronograma de substituição – Item 15 / Tabela 1.
  - 3.1.1.2** A substituição deverá ser feita de forma sequencial, observada a ordem de cada área. Somente poderá ser iniciada uma área subsequente após a conclusão da área anterior, observado o aceite da fiscalização do contrato.
  - 3.1.1.3** Após a conclusão de cada área, conforme cronograma apresentado no Item 15 - tabela 1, com o respectivo aceite do PODER CONCEDENTE com relação à implementação realizada, os valores auferidos, recolhimentos, manutenções, sinalização e demais serviços

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

decorrentes da concessão, ficarão a cargo e gerenciamento da CONCESSIONÁRIA.

3.1.1.4 Nas áreas em que ainda não houver sido efetuada a substituição dos equipamentos, os valores auferidos, as manutenções e demais serviços de gerenciamento ficarão a cargo do PODER CONCEDENTE.

3.1.2 A substituição dos equipamentos será de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e os novos equipamentos que substituirão os atualmente implantados **NÃO** reverterão ao PODER CONCEDENTE.

3.1.3 Quando da retirada dos equipamentos atualmente implantados, estes deverão ser entregues na Coordenação de Materiais da EPTC, localizada na Rua Gênova n.º 170, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre/RS. Os custos de remoção, transporte e obras civis para reparação do passeio, quando houver, serão por conta da CONCESSIONÁRIA.

**3.1 DO VALOR DA ÁREA AZUL**

3.1.1 O valor cobrado por cada vaga pela utilização de 01 (uma) hora de estacionamento é de R\$ 2,00 (dois reais), admitindo-se o pagamento mínimo do valor de R\$ 1,00 (um real) para o tempo mínimo de ½ (meia) hora e o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) para o tempo máximo permitido de 2 horas. Em casos especiais a CONCEDENTE pode determinar tempo de permanência diferenciado. Vide tabela abaixo:

**• 30 minutos (meia hora) = R\$ 1,00**

R\$ 1,067 = 32 minutos	R\$ 1,33 = 40 minutos	R\$ 1,60 = 48 minutos	R\$ 1,86 = 56 minutos
R\$ 1,134 = 34 minutos	R\$ 1,40 = 42 minutos	R\$ 1,66 = 50 minutos	R\$ 1,93 = 58 minutos
R\$ 1,20 = 36 minutos	R\$ 1,46 = 44 minutos	R\$ 1,73 = 52 minutos	
R\$ 1,26 = 38 minutos	R\$ 1,53 = 46 minutos	R\$ 1,80 = 54 minutos	

**• 60 minutos (uma hora) = R\$ 2,00**

R\$ 2,067 = 62 minutos	R\$ 2,60 = 78 minutos	R\$ 3,13 = 94 minutos	R\$ 3,66 = 110 minutos
R\$ 2,134 = 64 minutos	R\$ 2,66 = 80 minutos	R\$ 3,20 = 96 minutos	R\$ 3,73 = 112 minutos
R\$ 2,20 = 66 minutos	R\$ 2,73 = 82 minutos	R\$ 3,26 = 98 minutos	R\$ 3,80 = 114 minutos
R\$ 2,26 = 68 minutos	R\$ 2,80 = 84 minutos	R\$ 3,33 = 100 minutos	R\$ 3,86 = 116 minutos
R\$ 2,33 = 70 minutos	R\$ 2,86 = 86 minutos	R\$ 3,40 = 102 minutos	R\$ 3,93 = 118 minutos
R\$ 2,40 = 72 minutos	R\$ 2,93 = 88 minutos	R\$ 3,46 = 104 minutos	
R\$ 2,46 = 74 minutos	R\$ 3,00 = 90 minutos	R\$ 3,53 = 106 minutos	
R\$ 2,53 = 76 minutos	R\$ 3,06 = 92 minutos	R\$ 3,60 = 108 minutos	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- **120 minutos (duas horas) = R\$ 4,00**

3.1.2 Por meio de decreto, o PODER CONCEDENTE poderá alterar o valor da tarifa, bem como implementar sistema de tarifas diferenciadas em determinadas regiões e/ou horários, objetivando a regulação e a maximização do desempenho do sistema viário.

3.1.2.1 A revisão do valor da tarifa durante a vigência da Concessão se dará única e exclusivamente por iniciativa do Poder Público.

3.1.3 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA a criação de áreas com tempos de permanência diferenciados, quando se fizer necessário, para maximizar o desempenho do sistema de estacionamento.

3.1.4 A EPTC/SMT responsabilizar-se-á pela restituição dos valores dos cartões comercializados, utilizados atualmente nos parquímetros instalados. Os créditos contidos nos referidos cartões serão restituídos na Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, mediante pedido administrativo a ser apresentado na Coordenação de Atendimento, Protocolo e Arquivo – CAPA, sito na Avenida Érico Veríssimo n.º 100, Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS.

3.2.4.1 A forma de restituição dos créditos dos cartões será devidamente divulgada, por meio de publicação em jornais de grande circulação e mídia em geral.

3.2.4.2 Será suspensa a disponibilização de cartões de estacionamento até se dar a conclusão da instalação dos novos equipamentos (Parquímetros) pela concessionária.

3.1.5 O procedimento de devolução do valor será regulamentado por meio de decreto municipal.

3.1.6 A concessionária somente poderá comercializar os cartões para utilização na área azul, após ter finalizado todo o cronograma de implantação dos novos equipamentos (Parquímetros).

### **3.2 DO DIMENSIONAMENTO DAS VAGAS E DA UTILIZAÇÃO**

3.2.1 Para dimensionamento da proposta desta licitação, a Empresa CONCESSIONÁRIA, deve adotar a seguinte relação técnica: 1 (um) Equipamento Eletrônico Multivaga para até 20 (vinte) vagas no caso de estacionamento paralelo à via e de 1 (um) para até 45 (quarenta e cinco) vagas no caso de estacionamento perpendicular ou 45º à via. Por ocasião da implantação dos equipamentos, em cada rua, serão observadas, ainda, as seguintes condições: deslocamento em distância não superior a 50 (cinquenta) metros entre a vaga mais distante e o equipamento, peculiaridades do local, visibilidade dos equipamentos, características da via, entre outras, visando à segurança dos usuários. Em casos especiais o PODER CONCEDENTE pode determinar uma relação diferenciada entre parquímetros e vagas.

3.2.2 Terão isenção de tarifa de utilização:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 3.2.2.1 Os veículos utilizados para transportar pessoas portadoras de deficiência física, auditivas, mentais, visuais devidamente comprovadas, que obtiverem credencial de isenção para portadores de deficiência fornecidos pelo ente municipal responsável.
- 3.2.2.2 Os veículos referidos no inciso VII do artigo 29 da Lei nº 9.503 – Código de Trânsito Brasileiro, de 23 de setembro de 1997, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, bem como os veículos utilizados por Oficial de Justiça quando em serviço, conforme legislação vigente.
- 3.2.3 Terão redução da tarifa de utilização os residentes em frente às vagas do Estacionamento Rotativo Área Azul de Porto Alegre, que possuam comprovadamente moradia sem garagem e nas condições expressas em resolução do Diretor-Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação.
- 3.2.4 O idoso adquire direito ao benefício de utilização de vagas reservadas nos estacionamentos regulamentados de uso público e privado, nos termos da Lei, conforme regulamentação própria vigente.
  - 3.2.4.1 O cadastramento dos veículos, bem como dos beneficiários serão realizados por setor próprio da EPTC, mediante o pagamento de preço público, a cada emissão de carteira, conforme legislação vigente, por veículo cadastrado.
  - 3.2.4.2 O direito de utilizar as vagas reservadas, não exime o idoso do pagamento da tarifa nem permite o estacionamento por tempo superior ao definido pela sinalização.
- 3.2.5 As áreas de estacionamento deverão observar as disposições das resoluções n.º 303 e 304 do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

**3.3 DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

- 3.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá manter uma área específica para atendimento ao público, denominada Central de Atendimento ao Público, cujo local deverá dispor de infraestrutura adequada que funcionará, pelo menos, durante o horário padrão de operação do Estacionamento Rotativo.
- 3.3.2 Na Central de Atendimento ao Público devem se dar, no mínimo, a prestação dos seguintes serviços:
  - a) Informações gerais sobre localização, orientação e uso do Estacionamento Rotativo;
  - b) Recebimento e atendimento de sugestões, reclamações e consultas feitas pelos usuários e público em geral;
  - c) Disponibilizar canal de comunicação com o usuário via telefone a ser informado nos equipamentos multivaga;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- d) Venda e recarregamento de cartões eletrônicos para pagamento do estacionamento, após o término do cronograma de implantação dos novos parquímetros.
- e) Demais atividades decorrentes da prestação do serviço.

3.3.3 A CONCESSIONÁRIA deverá criar e manter um site na Internet, com informações gerais atualizadas, sobre orientação e uso do Estacionamento Rotativo, bem como mapa com a localização das vagas existentes.

### **3.4 DA OPERAÇÃO**

3.4.1 A operação dos Estacionamentos Rotativos deverá ser feita pela CONCESSIONÁRIA, sob supervisão e orientação do PODER CONCEDENTE.

3.4.2 As atividades a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA envolvem:

- 3.4.2.1 Controle da utilização do estacionamento rotativo, incluindo a verificação das condições de regularidade de utilização das vagas;
- 3.4.2.2 Coleta e destinação das moedas depositadas nos equipamentos;
- 3.4.2.3 Acompanhamento do funcionamento dos equipamentos em campo para verificação de relógio, carga de papel para impressão e demais funções;
- 3.4.2.4 Coleta de dados armazenados nos parquímetros;
- 3.4.2.5 Estudos e análises mensais de comportamento dos usuários, frequência de utilização, rotatividade e demais estatísticas de utilização dos locais já implantados;
- 3.4.2.6 Substituição dos parquímetros existentes por novos equipamentos;
- 3.4.2.7 Implantação de parquímetros em novas áreas, conforme solicitação do PODER CONCEDENTE;
- 3.4.2.8 Remanejo ou remoção de parquímetros em áreas existentes, conforme solicitação do PODER CONCEDENTE;
- 3.4.2.9 Manutenção preventiva e corretiva dos parquímetros;
- 3.4.2.10 Manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária vertical e horizontal relativas ao estacionamento rotativo;
- 3.4.2.11 A implantação de projetos de sinalização horizontal e vertical fornecidos pelo PODER CONCEDENTE;
- 3.4.2.12 Realizar ajustes na sinalização vertical e/ou horizontal em áreas existentes, conforme solicitação do PODER CONCEDENTE;
- 3.4.2.13 Encaminhamento ao PODER CONCEDENTE de todas as informações necessárias para o cadastro da sinalização implantada, retirada ou mantida.

### **3.5 DOS AJUSTES E DA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ÁREAS**

3.5.1 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à Concessionária a eliminação de vagas de estacionamento rotativo pago já existentes sempre que necessário, para utilização com outros fins, como por exemplo, pontos de táxi, paradas de ônibus, áreas de carga e descarga, vaga para deficiente físico, vaga para idoso, área de embarque e desembarque, estacionamento para veículos oficiais, estacionamento para motocicletas, containers do DMLU entre outros ou por questões de segurança viária.

3.5.2 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à Concessionária ajustes na sinalização vertical e horizontal, ou na posição de parquímetros em áreas de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

estacionamento rotativo pago já existentes sempre que necessário, como por exemplo, em função de alterações em rebaixos de meio-fio ou solicitações da comunidade.

- 3.5.3 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à Concessionária a eliminação temporária de vagas de estacionamento rotativo pago já existentes sempre que necessário, em função de eventos, obras, desvios ou outras ocorrências eventuais.
- 3.5.4 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à Concessionária a eliminação permanente de vagas estacionamento rotativo pago já existentes e remoção de parquímetro sempre que necessário por motivos de fluidez, segurança viária, implantação de ciclofaixas, ciclovias ou outros motivos pertinentes.
  - 3.5.4.1 Sempre que um parquímetro for removido por solicitação do PODER CONCEDENTE, caberá a este fornecer projeto de sinalização, em até 30 (trinta) dias, para implantação do equipamento em novo local.
- 3.5.5 Os estudos de viabilidade para implantação de novas áreas de estacionamento rotativo serão elaborados pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.5.6 O PODER CONCEDENTE repassará à CONCESSIONÁRIA os projetos de ocupação, distribuição e sinalização de vagas, quando da implantação de novas áreas destinadas ao estacionamento rotativo.
- 3.5.7 A implantação de área azul em novos locais será feita mediante a utilização de equipamentos do tipo parquímetro multivagas.

**3.6 DA DIVULGAÇÃO DAS NOVAS ÁREAS**

- 3.6.1 Antecedendo à entrada em operação, de novas áreas de estacionamento rotativo pago, deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, campanhas de divulgação e esclarecimento à população, informando sobre o novo sistema, datas de início de funcionamento, formas de aquisição dos meios de pagamento, etc.
- 3.6.2 O período de divulgação (campanhas de divulgação) deverá estar compreendido dentro do prazo de instalação, de forma que as campanhas de divulgação não extrapolem o prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido na Cláusula dos Prazos.
- 3.6.3 Durante o período de divulgação também deverão ser distribuídos folders em papel sulfite, gramatura 75, 4X0 cores, dimensões mínimas (21x14,7cm), conforme modelo disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.6.4 Para divulgação em jornais, deverá ser observado que estes sejam de grande circulação.
- 3.6.5 Todas as campanhas, materiais e formas de divulgação devem ser propostas pela CONCESSIONÁRIA, e submetidas à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**3.7 DA MANUTENÇÃO**

- 3.7.1 A empresa CONCESSIONÁRIA deverá zelar pelo perfeito funcionamento e segurança de todos os equipamentos, sinalizações e demais dispositivos utilizados para operação do Estacionamento Rotativo, realizando todas as manutenções que sejam necessárias para o cumprimento dessa finalidade.
- 3.7.2 **O prazo para atendimento das solicitações de manutenção de equipamentos, não poderá ser superior a 6 (seis) horas**, a contar do registro da solicitação junto à CONCESSIONÁRIA.
- 3.7.3 A empresa CONCESSIONÁRIA deverá realizar a manutenção da sinalização horizontal que demarca as vagas de estacionamento frequentemente, de modo que esteja sempre visível.
- 3.7.4 A empresa CONCESSIONÁRIA deverá realizar a manutenção da sinalização vertical que demarca as áreas de estacionamento frequentemente, de modo que as placas nunca estejam pichadas, sujas, adesivadas, quebradas, amassadas, arranhadas, fora de posição ou que, por qualquer outro motivo, tenham sua legibilidade comprometida.
- 3.7.5 O prazo para manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, quando solicitado pelo Poder Concedente, será de no máximo 72 (setenta e duas) horas do recebimento da comunicação.
- 3.7.6 A empresa CONCESSIONÁRIA ficará exclusivamente responsável pela manutenção e substituição dos equipamentos danificados por ações de vandalismo, acidentes de trânsito e demais eventos que possam ocorrer, devendo a CONCESSIONÁRIA proceder com a manutenção no prazo de até 10 dias, a ser definido em comum acordo entre as partes desta concessão;

**3.8 DA MÃO DE OBRA**

- 3.8.1 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter quadro de pessoal administrativo e operacional qualificado, devidamente uniformizado e equipado, identificado através de crachás, necessário à perfeita execução dos serviços, providenciando que os funcionários estejam devidamente treinados.
- 3.8.2 A CONCESSIONÁRIA deverá manter em seu quadro funcional, no mínimo, 1 (um) funcionário para cada 100 (cem) vagas da área azul em todo o horário de operação, com objetivo de orientação aos usuários.
- 3.8.3 Para o correto funcionamento do sistema, a CONCESSIONÁRIA deverá manter um representante para a coordenação e o acompanhamento de todas as atividades, bem como para equacionar soluções e prestar informações junto à Municipalidade, quando solicitadas.
- 3.8.4 A CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as normas gerais de segurança do trabalho na prestação dos serviços contratados, com o objetivo de preservar a integridade do elemento humano e do material utilizados durante a vigência da presente Concessão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 3.8.4.1 No caso do não cumprimento das Normas Legais de segurança por parte da CONCESSIONÁRIA, prevista na Norma Regulamentadora n.º 4 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, esta será notificada para que sejam sanadas as irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.8.5 O PODER CONCEDENTE se reserva o direito de suspender qualquer trabalho que evidencie risco iminente de ameaça à segurança das pessoas e equipamentos, ficando estabelecido que estas suspensões não eximem a CONCESSIONÁRIA das obrigações e penalidades estabelecidas na presente CONCESSÃO, referente aos prazos e multas.
- 3.8.6 É obrigação da CONCESSIONÁRIA, o fornecimento gratuito aos seus empregados de Equipamento(s) de Proteção Individual - EPI, com Certificado de Aprovação - CA, emitido pelo Ministério do Trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho n.º 6 – Portaria 3.214 e/ou Normas Internas que possam vir a ser estabelecidas.

**3.9 DOS CUSTOS DA OPERAÇÃO E INVESTIMENTOS**

- 3.9.1 Os custos de aquisição, implantação e manutenção dos parquímetros para substituição inicial, serão exclusivamente da CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.2 Os custos de aquisição, implantação e manutenção de parquímetros para novas áreas de estacionamento rotativo pago (expansão), serão exclusivamente da CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.3 A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos e despesas, referentes à substituição, implantação, operação e gerenciamento do sistema, bem como sua manutenção, mão de obra administrativa e operacional, incluindo os encargos sociais incidentes, custos com comercialização, aquisição de softwares, material de expediente, aluguel de imóvel necessário à operação e quaisquer outros custos decorrentes da operação do sistema.
- 3.9.4 Todos os custos e despesas referentes às campanhas informativas (criação, execução e divulgação) de novas áreas de estacionamento rotativo pago (expansão), serão de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.5 A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos de manutenção da sinalização vertical e horizontal referentes ao estacionamento rotativo pago, bem como de outras áreas de estacionamento regulamentadas para outros fins, mas que estejam inseridas em meio às vagas de estacionamento rotativo pago.
- 3.9.6 A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos de aquisição e implantação de sinalização vertical e horizontal de novas áreas de estacionamento rotativo pago (expansão), incluindo-se os ajustes necessários na sinalização que não se refere ao estacionamento rotativo pago, mas que deve ser ajustada em função deste, conforme previsto nos projetos encaminhados pelo PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 3.9.7 O PODER CONCEDENTE arcará com os custos de remoção da sinalização em caso de eliminação permanente de vagas, bem como alterações de regulamentação que substituam o estacionamento rotativo pago.
- 3.9.8 A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos de remoção, transporte e implantação de parquímetro em novo local, em função de eliminação permanente de vagas de estacionamento rotativo pago, determinada pelo PODER CONCEDENTE, e que inviabilize econômica e operacionalmente a manutenção do equipamento no local original.
- 3.9.9 A CONCESSIONÁRIA arcará com os custos de eventuais ajustes na sinalização vertical e horizontal, das áreas destinadas ao estacionamento rotativo pago, determinados pelo PODER CONCEDENTE.

#### **4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS**

- 4.1 Os equipamentos a serem utilizados nas áreas de estacionamento rotativo de Porto Alegre serão do tipo Parquímetro Eletrônico Multivaga e deverão possuir alimentação própria, independente da rede pública de energia elétrica, bem como ser invioláveis, adequados para operação em ambientes externos nos quais estarão sujeitos a intempéries e atos de vandalismo, devendo ainda atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos mínimos:
- 4.1.1 Possuir visor alfanumérico fotossensível que apresente, em língua portuguesa, todas as mensagens, informações e instruções que se mostram necessárias à adequada operação do equipamento por parte dos usuários;
- 4.1.2 Aceitar pagamentos através de cédulas, moedas e cartões pré-pagos padronizados, recarregáveis ou não, devendo ainda, conforme determina o item 14.1, agregar aos equipamentos módulos que permitam a realização de pagamentos de formas diversas, citando-se, exemplificativamente, o pagamento através de Cartões de Crédito/Débito e Pagamento através de Telefone Celular (tíquete virtual);
- 4.1.3 Possibilitar Gerenciamento Remoto dos Parquímetros por parte do PODER CONCEDENTE, em ambiente virtual seguro que garanta a integridade das informações armazenadas e transmitidas, inclusive permitindo a atualização do sistema e de seus parâmetros operacionais, transmissão de informações, inclusive alertas operacionais (tentativa de acesso não-autorizado, falhas de sistema, necessidade de reposição de suprimentos, necessidade de recolhimento de moedas ou cédulas), e geração de relatórios em tempo real, dentre outras funcionalidades. Para tanto, os equipamentos que serão utilizados deverão possuir conexão de rede compatível com os requisitos da Infovia PROCEMPA ou por intermédio de módulo de comunicação GPRS;
- 4.1.4 Realizar a impressão de tíquete contendo, no mínimo, as seguintes informações: valor pago pelo usuário em destaque, data/hora de expiração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

do prazo de estacionamento, dia do ano na forma seqüencial, nome da cidade, logotipo da EPTC, logotipo da CONCESSIONÁRIA, logotipo do sistema de estacionamento rotativo, orientação sobre a colocação do tíquete no interior do veículo;

- 4.1.5 Os dispositivos de acionamento (botões, teclas, chaves, etc.), destinados à manipulação pelos usuários deverão possuir uma concepção ergométrica de projeto e instalação, de maneira a propiciar facilidade e conforto de uso para todo o perfil do público usuário.
- 4.2 Os novos equipamentos a serem instalados pela empresa CONCESSIONÁRIA deverão ser compatíveis entre si, e possuir conexão permanente ao sistema de gestão implantado, independente do tipo, marca e modelo dos equipamentos utilizados.
- 4.3 O gerenciamento remoto previsto no item 4.1.3 também deverá ser disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA por meio de aplicativo de Smartphone, a fim de possibilitar o gerenciamento “in loco” pela fiscalização;
- 4.4 Antes do início da operação dos novos equipamentos a CONCESSIONÁRIA deverá aprovar junto ao PODER CONCEDENTE o modelo de tíquete a ser fornecido pelos parquímetros.

## **5. DOS PRAZOS**

- 5.1 **O prazo de vigência da presente concessão será de 10 (dez) anos**, cuja contagem se dará a partir da autorização para o início do serviço (ordem de início).
  - 5.1.1 A ordem de início será dada tão logo for finalizado o procedimento licitatório e firmado o competente contrato de concessão de serviço público com a empresa vencedora do certame.
- 5.2 O prazo para substituição dos 220 (duzentos e vinte) equipamentos atualmente implantados será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, observada a ordem seqüencial das áreas e o prazo máximo de cada área, conforme Cronograma de Substituição – Item 15.
  - 5.2.1 Concluída a substituição de cada área, em prazo inferior ao estabelecido no cronograma, a CONCESSIONÁRIA poderá passar imediatamente para a área subsequente.
- 5.3 Quando da implantação de novas vagas ou remanejo, o prazo para finalização desta implantação será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do requerimento formalizado pelo PODER CONCEDENTE.

## **6. SISTEMA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 6.1 A CONCESSIONÁRIA deverá instalar na sede do PODER CONCEDENTE, ou em local por este especificado, equipamento computador tipo servidor e periféricos

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

necessários, juntamente com software capaz de dar um espelhamento completo da base de dados. O software será denominado de Sistema de Gestão, nesta especificação.

- 6.1.1 O sistema de gestão mencionado no item anterior será adstrito aos NOVOS equipamentos (parquímetros) que serão instalados pela CONCESSIONÁRIA, não abrangendo, assim, os equipamentos antigos já em utilização.
- 6.1.2 A atualização deste espelhamento dos dados deverá ocorrer de forma on-line e será utilizado pelo PODER CONCEDENTE como uma ferramenta de auditoria.
- 6.1.3 Os custos de licenciamento e instalação de todos os softwares necessários serão da CONCESSIONÁRIA.
- 6.2 O Sistema de Gestão deverá ainda operar com total transparência das informações de todos os aspectos operacionais e comerciais providos pelo sistema. Desta forma, serão disponibilizadas ao PODER CONCEDENTE, ferramentas de acesso, que lhe permita monitorar de forma sistemática e on-line, todas as informações de arrecadação, ativação de tíquetes, ocorrências e ações de manutenção, etc. sem qualquer restrição, e de forma permanente.
- 6.3 O referido sistema terá como finalidade, dentre outras, a emissão de relatórios financeiros que possibilitem ao PODER CONCEDENTE averiguar o desempenho dos equipamentos e os valores arrecadados diariamente.
- 6.4 A qualquer tempo, o PODER CONCEDENTE conferirá e auditará o sistema implementado, acessando os registros das transações operacionais e os pontos de controle e verificação, bem como todos os registros e controles administrativos e financeiros referentes à exploração dos serviços objeto desta concessão, cujas informações devem espelhar a efetividade da operação de forma on-line.
- 6.5 Fica desde já notificada a CONCESSIONÁRIA, que o PODER CONCEDENTE poderá contratar auditoria externa, visando a fiscalizar, aferir ou esclarecer questões relacionadas à execução do serviço e controles administrativo-financeiros realizados pela CONCESSIONÁRIA. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar os documentos e os meios necessários para que a auditoria externa execute suas atividades.
- 6.6 A CONCESSIONÁRIA deverá ter registro atualizado de quantidade de vagas de estacionamento discriminadas por zonas, ruas, máquinas expedidoras de tíquetes, trabalhos de sinalização efetuados, e demais registros que forem solicitados pelo PODER CONCEDENTE.
- 6.7 O Sistema de gestão deverá permitir:
  - 6.7.1 A administração dos serviços de forma a produzir relatórios gerenciais, estatísticos e operacionais com base nas informações disponibilizadas *online* pelos equipamentos e demais dados técnicos da operação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

6.7.2 A administração econômico-financeira da operação de forma a produzir relatórios, que demonstrem o número e valor das operações de estacionamento, elemento básico para o cálculo da parte a ser paga ao PODER CONCEDENTE;

6.8 O sistema de gestão deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos:

6.8.1 Possuir funções para programação e coleta de dados dos parquímetros e demais dispositivos, que permitam, dentre outros:

- a) Controlar a arrecadação coletada dos parquímetros;
- b) Gerar as informações para o PODER CONCEDENTE, por meio de relatórios, referente:
  - à arrecadação do sistema de estacionamento;
  - à arrecadação por período e por meio de emissão do tíquete ;
  - às ocorrências registradas;
  - valor acumulado de vendas de tempo de estacionamento, distribuídos por tipo de pagamento (moeda, cédula e cartão ou demais formas que forem implementadas) desde o início das operações do equipamento;
  - valor acumulado de vendas de tempo de estacionamento desde a última transação de recolhimento de moedas, distribuído por tipo de pagamento e módulos de tempo;
  - estatística de falhas e períodos fora de serviço;
  - demais relatórios por ventura solicitados pelo Poder Concedente.

## **7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.1 O LICITANTE deverá apresentar para fins habilitatórios, atestado(s) de capacidade operacional fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, que comprove que a LICITANTE presta ou prestou serviços compatíveis em características, quantidade, no mínimo 1.000 (mil) vagas de estacionamento em um único atestado ou em mais de um atestado, desde que em período coincidente e por no mínimo 01 (um) ano, na forma do artigo 30, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93. **Entende-se por serviço compatível a prestação de serviço de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos.**

- a. O(s) atestado(s) deverá(ao) ser emitido(s) em papel que identifique o atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os meios de contato para eventual consulta ou diligência.
- b. O ATESTADO deverá ser apresentado em nome da LICITANTE, por se tratar de comprovação de experiência operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente.
- c. Tratando-se de consórcio, a comprovação referida na alínea “a” do item 5.3.9.4 poderá ser feita através do somatório de atestados, observado o quantitativo exigido, o período coincidente e o prazo mínimo de 01 (um ano), disciplinados na cláusula supracitada. Deverá ser observado ainda, que cada uma das empresas consorciadas, deverá comprovar no mínimo, atestado com quantitativos proporcional à sua participação percentual no consórcio.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 8.1 O critério de julgamento das propostas apresentadas na licitação será o maior percentual de repasse, a ser calculado sobre o valor bruto arrecadado.
- 8.2 **O percentual mínimo aceitável na licitação é de 20% (vinte por cento).**

**9. DAS INFRAÇÕES AOS USUÁRIOS**

- 9.1 Quando os veículos estacionados estiverem com o tíquete vencido ou sem o tíquete, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação vigente.
- 9.2 A aplicação das penalidades, por infração à Legislação de Trânsito, estacionamento e parada na “Área Azul”, só poderá ser feita pelos Agentes de Fiscalização de Trânsito desta Capital.
- 9.3 Em caso de ocupação irregular das vagas de estacionamento, o operador da CONCESSIONÁRIA deverá acionar a fiscalização, para, em sendo cabível, aplicar as penalidades e sanções previstas.
- 9.3.1 Sempre que possível o PODER CONCEDENTE fiscalizará a ocupação das vagas de estacionamento rotativo, observada a disponibilidade de efetivo, veículos e as prioridades de trânsito.

**10. PRESTAÇÕES DE CONTAS E PAGAMENTOS**

- 10.1 **A CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação no período, com indicação da receita bruta auferida**, dos impostos diretos incidentes (ISS, IR, PIS e COFINS) e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade.
- 10.2 Os documentos impressos (bobinas de recolhimento dos valores, fita resumo dos parquímetros, etc.) que comprovam as informações prestadas no relatório acima descrito, devem ser disponibilizados semanalmente pela CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE.
- 10.3 A receita bruta auferida se dará da seguinte forma:
- 10.3.1 Pela soma das tarifas de estacionamento pagas pelos usuários através da aquisição de tíquetes junto aos parquímetros, bem como das outras formas de aquisição de vagas destinadas ao estacionamento rotativo, integrantes do sistema;
- 10.3.2 Pela soma de toda a comercialização de cartões com o valor do crédito embutido e demais formas de comercialização de créditos.
- 10.4 O VALOR DE OUTORGA deverá ser repassado ao PODER CONCEDENTE até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de referência (competência), ao longo de toda a contratualidade e se dará a partir do início do serviço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 10.4.1 O VALOR DE REPASSE MENSAL será obtido através do produto entre o PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA e a RECEITA BRUTA AUFERIDA no mês de referência.

**VRM** = Valor de repasse mensal = Valor de outorga devido no mês de referência;

**K** = Razão centesimal relativa ao PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA

**RBA** = Receita bruta auferida no sistema no mês de referência, relativa à arrecadação do serviço de estacionamento rotativo pago no Município de Porto Alegre.

$$\text{VRM} = \text{K} * \text{RBA}$$

- 10.4.2 Caso o dia aprazado para repasse do VALOR DE OUTORGA para o PODER CONCEDENTE ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente à data do vencimento.
- 10.4.3 A não quitação do VALOR DE OUTORGA na data ajustada acarretará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre valor devido e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- 10.4.4 Se o atraso no pagamento do percentual de repasse devido pela CONCESSIONÁRIA exceder a 90 (noventa) dias, a concessão poderá ser rescindida.

## **11. RESPONSABILIDADE**

- 11.1 Ao PODER CONCEDENTE e/ou à CONCESSIONÁRIA não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízo de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento, não sendo também exigível da CONCESSIONÁRIA a manutenção de qualquer tipo de seguro contra esses eventos.

## **12. DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

- 12.1 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços na forma ajustada e cumprir fielmente as obrigações do instrumento contratual, sendo vedada qualquer alteração sem a concordância, por escrito, do PODER CONCEDENTE.
- 12.2 A CONCESSIONÁRIA, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deverá mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções.
- 12.3 Assumir todos os ônus referentes à compra, implantação, execução, manutenção, sinalização, divulgação e equipamentos necessários ao Sistema de Estacionamento Rotativo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 12.4 Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.
- 12.5 Fornecer equipe técnico-administrativa e equipe de serviços, comprometendo-se a manter a qualidade dos serviços durante a vigência do contrato.
- 12.6 Prestar serviço adequado, obedecendo às normas técnicas aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE e pela legislação de trânsito pertinente.
- 12.7 A CONCESSIONÁRIA obrigar-se-á a substituir ou a complementar todos os serviços que estiverem em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades contratadas estabelecidas nos anexos deste EDITAL ou no contrato.
- 12.8 A CONCESSIONÁRIA deverá submeter-se à fiscalização e manter comunicação regular com o PODER CONCEDENTE, para que este acompanhe e fiscalize a execução dos serviços.
- 12.9 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir as determinações da fiscalização para a regular prestação do serviço e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.
- 12.10 A CONCESSIONÁRIA deverá indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 12.11 A CONCESSIONÁRIA deverá permitir controles parciais ou totais por parte do PODER CONCEDENTE, visando a assegurar o cumprimento das especificações técnicas descritas neste EDITAL e seus Anexos.
- 12.12 Correrão por conta da CONCESSIONÁRIA todas as despesas com mão-de-obra, transporte, manutenção, seguro, hospedagem, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços contratados.
- 12.13 A CONCESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pelo planejamento e condução de todos os trabalhos que, por força de contrato, lhe forem afetos, de modo a salvaguardar, convenientemente, o seu próprio pessoal e qualquer outro de acidentes, bem como evitar prejuízos a bens do PODER CONCEDENTE.
- 12.14 A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos danos que causar diretamente a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 12.15 A CONCESSIONÁRIA assumirá as responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela prestação do serviço contratado.
- 12.16 Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar junto aos órgãos competentes todas as autorizações que se fizerem necessárias à prestação dos serviços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 12.17 Eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades deverão ser informados e justificados por escrito pela CONCESSIONÁRIA.
- 12.18 A CONCESSIONÁRIA manter-se-á, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.19 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, durante a execução do CONTRATO, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.
- 12.20 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.
- 12.21 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, inclusive as de cunho trabalhista, estendendo-se a responsabilidade para os efeitos judiciais decorrentes desta Concorrência.
- 12.22 À CONCESSIONÁRIA é vedada a realização de qualquer espécie de publicidade nos parquímetros ou nas demais estruturas destinadas à prestação do serviço público em questão, salvo nos casos de campanhas institucionais para educação para o trânsito, com prévia consulta ao PODER CONCEDENTE.
- 12.23 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos os contratos de trabalho regidos pela CLT, independentemente de seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.
- 12.24 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício – DRE, demonstrando o resultado das operações, considerando como data limite o dia 30 de abril de cada ano, referente ao exercício financeiro do ano anterior.

**13. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

- 13.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais da CONCESSÃO.
- 13.2 Comunicar à CONCESSIONÁRIA, observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, qualquer alteração de natureza operacional na prestação dos serviços, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 13.3 Efetuar a fiscalização do uso indevido das áreas destinadas ao estacionamento rotativo, aplicando, sempre que possível, as penalidades cabíveis, nos casos previstos em Lei;
- 13.4 Prestar as informações, fazer os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA e usuários.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 13.5 Intervir na prestação dos serviços nos casos e condições previstas em lei;
- 13.6 Fiscalizar, diretamente ou por meio de empresa ou instituição contratada ou conveniada para este fim, a execução dos serviços objeto desta licitação.
- 13.7 Exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços.
- 13.8 Advertir a CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, sempre que observar alguma irregularidade.
- 13.9 Findo o prazo do contrato ou com a extinção da concessão, reverterão ao PODER CONCEDENTE somente as sinalizações verticais e horizontais implantadas durante a Concessão.

**14. CAPACIDADE DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA**

- 14.1 Em decorrência da evolução tecnológica, a CONCESSIONÁRIA deverá propor após 12 (doze) meses, projeto contendo inovações tecnológicas compatíveis com o mercado, de modo a incrementar, atualizar e/ou substituir os equipamentos e sistemas instalados desde que, previamente, submeta à aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 14.2 Quaisquer alterações introduzidas deverão ter a anuência técnica do PODER CONCEDENTE.
- 14.3 Os custos e despesas de qualquer natureza, decorrentes de alterações introduzidas, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA.
- 14.4 A CONCESSIONÁRIA, para fins de garantir maior comodidade e segurança aos usuários do estacionamento público rotativo, deverá implementar, **no decorrer do primeiros 12 (doze) meses** do contrato, novos métodos de pagamento, tais como aquisição de tempo de estacionamento por meio de cartões de débito e crédito, permitindo a aquisição de crédito pela internet e pelo aplicativo da CONCESSIONÁRIA.
- 14.5 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar um aplicativo compatível com as principais plataformas para dispositivos móveis de mercado, tais como: Android, IOS e Windows Phone.

14.5.1 O aplicativo deverá, inicialmente, permitir a aquisição de crédito *online* bem como disponibilizar o saldo e extrato dos créditos.

14.5.2 Outras funcionalidades do aplicativo que sobrevierem em decorrência da evolução tecnológica deverão ser previamente debatidas e analisadas em conjunto com o Poder Concedente.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**15. CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO**

**TABELA 1**

<b>ÁREA I - TRISTEZA</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 07 DIAS CONSECUTIVOS – 8 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>1º ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			
Rua Prof. Mário Totta	DF 545	Av. Wenceslau Escobar	2951
Rua Prof. Mário Totta	645	Rua Almirante Delamare	247
Av. Wenceslau Escobar	3096	Rua Dr. Armando Barbedo	318
Av. Wenceslau Escobar	2964	Av. Wenceslau Escobar	2667

<b>ÁREA II – MENINO DEUS</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 10 DIAS CONSECUTIVOS – 13 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>2º ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			
Rua Grão Pará x Rua José de Alencar	Esquina	Rua Ribeiro Cancela	DF 20
Rua Antenor Lemos	44/56	Av. Praia de Belas	2174
Rua Antenor Lemos	127	Av. Praia de Belas	DF 2184
Rua José de Alencar	237	Av. Praia de Belas	2300
Rua Grão Pará	233	Av. Padre Cacique	50
Rua Costa	159	Viaduto Dom Pedro II	S/N °
Rua Ribeiro Cancela	60		

<b>ÁREA III – FÓRUM CENTRAL</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 7 DIAS CONSECUTIVOS – 7 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>3º ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			
Rua Dolores Alcaraz Caldas x Celeste Gobato	Esquina	Pça. Eng. Guilherme Gaudenzi	S/Nº
Rua Dolores Alcaraz Caldas	DF 02	Rua Dr. Vicente de Paula Dutra	DF 315
Rua Manoelito de Ornelas	S/N °	Rua Eng. Guilhermme Gaudenzi/Rua Dr. Vicente de Paula Dutra	Esquina
Rua Celeste Gobato	226		

<b>ÁREA IV – AZENHA</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 7 DIAS CONSECUTIVOS – 7 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>4º ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			
Rua Prof. Freitas de Castro	551	Rua Barão do Triunfo	700/712
Av. Ramiro D'Ávila x Freitas de Castro	Esquina	Rua Visconde do Herval	DF Banrisul
Rua Marcilio Dias	1490/1480	Rua Barão do Triunfo x 20 de setembro	Esquina
Rua General Caldwell	1321		

<b>ÁREA V – CENTRO I</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 40 DIAS CONSECUTIVOS – 50 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>5º ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS  
Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Av. Mauá	837	Rua Dos Andradas	861
Pça. XV de Novembro	66	Rua Dos Andradas	923
Av. Cristovão Colombo	64	Rua Caldas Junior	DF 219
Rua João Manoel	DF 340	Rua Caldas Junior	Df 120
Rua João Manoel x Av. Mauá	119	Rua Sete de Setembro	769
Rua Gen. Vitorino	137/141	Rua Sete de Setembro	722
Av. Mauá	887	Rua Sete de Setembro	723
Rua João Manoel	217	Rua João Manuel	DF 157
Rua dos Andradas	1774	Rua Sete de Setembro	635
Av. Siqueira Campos	664	Rua Araujo Ribeiro	100
Av. Siqueira Campos	718	Rua Sete de Setembro	DF 635
Av. Siqueira Campos	DF 718	Rua Sete de Setembro	531
Av. Siqueira Campos	832	Av. Coronel Vicente	555
Av. Siqueira Campos x Caldas Junior	896	Av. Alberto Bins	615
Av. Siqueira Campos	944	Av. Alberto Bins	632
Av. Sepúlveda	13 (Bolsão)	Av. Alberto Bins	875
Av. Sepúlveda	Meio Quadra	Av. Alberto Bins	860/870
Av. Siqueira Campos	1044	Av. Alberto Bins	786
Av. Siqueira Campos	1100	Av. Alberto Bins	781/775
Av. Siqueira Campos	1240	Av. Alberto Bins	467
Rua Caldas Junior	345	Av. Alberto Bins	537
Rua Caldas Junior	261	Av. Pinto Bandeira	364
Pça. Argentina	DF Praça	Av. Pinto Bandeira	529
UFRGS	DF UFRGS	Av. Alberto Bins	365
Pça. Raul Pilla	DF Praça	Av. Alberto Bins	998

<b>ÁREA VI – CENTRO II</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 25 DIAS CONSECUTIVOS – 32 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>6ª ÁREA A SER SUBSTITUIDA</b>			
Rua Marechal Floriano	204/196	Rua Riachuelo	900
Rua General Vitorino	49	Av. Borges de Medeiros	855 - 2º Lado Direito Centro/Bairro
Rua General Vitorino	261	Av. Borges de Medeiros	1º Lado Direito Bairro/Centro
Rua Coronel Genuino	177	Av. Borges de Medeiros	2º Lado Direito Bairro/Centro
Rua Coronel Genuino	164	Rua Gal. Câmara	DF Pal. Da Justiça
Rua José do Patrocínio	31/25	Pça. Marechal Deodoro	DF Teatro São Pedro
Rua José do Patrocínio	82	Pça. Marechal Deodoro	DF 130
Av. Borges de Medeiros	449	Pça. Marechal Deodoro	DF 170
Av. Borges de Medeiros	Cinema Capitólio	Pça. Marechal Deodoro	148
Av. Borges de Medeiros	1012	Largo João A. Albuquerque	DF 30
Av. Borges de Medeiros	1001	Av. Borges de Medeiros	DF 324
Rua Duque de Caxias	1005	Av. Borges de Medeiros	DF ao Mercado

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Rua Jerônimo Coelho	DF 85	Rua Demétrio Ribeiro	1164
Rua Riachuelo	1270	Rua Cel. Genuino	296
Rua Riachuelo	970	Praça Otávio Rocha	DF 280
Rua Riachuelo	949	Rua Duque de Caxias	1220

<b>ÁREA VII – BOM FIM</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 30 DIAS CONSECUTIVOS – 39 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>7ª ÁREA A SER SUSTITUIDA</b>			
Rua Santa Terezinha	142	Av. Osvaldo Aranha	564
Rua Francisco Ferrer	483	Av. Osvaldo Aranha	374
Trav. Miranda e Castro	39	Rua José Faibes Lubian	DF 01
Ramiro Barcelos x César Lombroso	esquina	Rua José Bonifácio	655
Ramiro Barcelos	1925	Rua José Bonifácio	DF 581
Av. Ramiro Barcelos x Bento Figueredo	Esquina	Rua Santa Teresinha	29/35
Rua Felipe Camarão	662	Rua Santa Teresinha x Venâncio Aires	Esquina
Rua Felipe Camarão x Bento Figueredo	Esquina	Av. Venâncio Aires, 928	928
Rua Felipe Camarão	480	Rua José Otão	Lado Esquerdo
Av. Osvaldo Aranha	1208	Rua José Otão	Lado Direito
Rua Fernandes Vieira	550	Rua Sarmento Leite	Pça. Rosário
Rua Fernandes Vieira	474	Rua Caju	68
Rua Fernandes Vieira	322	Av. Protásio Alves	2760
Rua Vasco da Gama	177	Av. Independência	DF 972/976
Rua Jacinto Gomes	73	Av. Independência	DF 1114
Av. Osvaldo Aranha	1094	Rua José Bonifácio	519
Av. Osvaldo Aranha	1024	Av. Independência	DF 1206
Av. Osvaldo Aranha	904	Av. Ramiro Barcelos	2205
Av. Osvaldo Aranha	806	Av. Ramiro Barcelos	2093
Av. Osvaldo Aranha	632		

<b>ÁREA VIII – MOINHOS DE VENTO</b>			
<b>PRAZO MÁXIMO 45 DIAS CONSECUTIVOS – 55 EQUIPAMENTOS</b>			
<b>8ª ÁREA A SER SUBSTITUIDO</b>			
Rua 24 de Outubro	DF 700	Rua Dona Laura	59
Castro Alves	300	Rua Florêncio Ygartua	159
Rua 24 de Outubro	DF Banco do Brasil	Rua Florêncio Ygartua	83
Rua 24 de Outubro	529	Rua Florêncio Ygartua	36
Largo Caixeiros Viajantes	Bolsão	Pça. Maurício Cardoso	115
Rua 24 de Outubro	544	Pça. Maurício Cardoso	DF 81
Rua 24 de Outubro	408	Pça. Maurício Cardoso	100
Rua 24 de Outubro	427	Pça. Maurício Cardoso	156/160
Rua Fernando Gomes	156	Rua Miguel Tostes	139
Rua Padre Chagas	72	Rua Miguel Tostes	225
Rua Hilário Ribeiro	315	Rua Castro Alves	389

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Rua Padre Chagas	185	Rua 24 De Outubro x Candido Silveira	Esquina
Rua Padre Chagas	277	Rua Dinarte Ribeiro	51
Rua Padre Chagas	327	Rua Mariante	86
Rua Padre Chagas	415	Rua Felix da Cunha	1155
Rua Tobias da Silva	123	Rua Olavo B. Viana	DF VIVO
Rua Tobias da Silva	44	Ruas Mariante	DF 284
Rua Barão de Sto. Ângelo	299	Ruas Mariante	322
Rua 24 de Outubro	1585	Av. Florêncio Ygartua	451
Rua Luciana de Abreu	266	Av. Cristovão Colombo	Df 2111
Rua Hilário Ribeiro	202	Rua Quintino Bocaiuva	47
Rua Dinarte Ribeiro	141	Rua Cel. Bordini	<b>DF 58</b>
Rua Com. Caminha	362	Rua Cel. Bordini	96
Rua Com. Caminha	312	Rua Cel. Bordini	157
Rua Dona Laura	354	Rua Marques do Pombal	DF 641
Rua Florêncio Ygartua	368	Rua Tobias da Silva	287
Rua Florêncio Ygartua	288	Rua Tobias da Silva	236
Rua Dona Laura	207		

**ÁREA IX – FLORESTA**  
**PRAZO MÁXIMO 09 DIAS CONSECUTIVOS – 9 EQUIPAMENTOS**  
**9º ÁREA A SER SUBSTITUIDA**

Rua Dr. Vale	41	Rua 7 de Abril	436
Av. Cristovão Colombo	1335	Av. Cristovão Colombo	1244
Av. Cristovão Colombo	1413	Rua Hoffmann	609
Av. Cristovão Colombo	1420	Av. Cristovão Colombo	1160
Av. Cristovão Colombo	1360		

**Mauro Bossle Moreira**

Coordenação de Estacionamentos Públicos

**Eng. Maria Cristina Molina Ladeira**

Diretora de Transportes

**Vanderlei Luis Cappellari**

Secretário Municipal dos Transportes

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

**Anexo II**  
**Planilha de Custos**

---

Conforme arquivo Planilha de custos

Nome e extensão do arquivo: [Planilha Custo Anexo-II. xlsx](#)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

**Anexo III**  
**Modelos de Declarações**

---

---

**Anexo III – A**  
**Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso**  
**XXXIII, art. 7.º da CF/88**

---

**Ref.: Concorrência Pública 01/2016**

....., inscrição no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como que comunicará à SMF qualquer fato ou evento superveniente que altere esta situação.

\* Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (.....)

..... de ..... de 216.

.....  
Assinatura e carimbo da empresa

**\* Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**

---

**Anexo III – B**  
**Modelo de Declaração de idoneidade**

---

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da **Concorrência Pública 01/2016**, que a empresa ..... não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Local e data

(nome e assinatura do representante legal)

(devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação)

---

---

**Anexo III – C**  
**Modelo de Carta de Credenciamento**

---

---

A empresa..... credencia o Sr.(a) ..... , Carteira de Identidade nº ..... , conferindo-lhe todos os poderes necessários à prática de quaisquer atos relacionados com a Concorrência Pública 01/2016. SMF, assim como os poderes específicos para rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas.

Local e data

(nome e assinatura do representante legal)

**(devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação)**

---

---

**Anexo III – D**  
**Modelo de Declaração Formal de Disponibilidade para o**  
**Desempenho dos Serviços**

---

---

Concorrência nº 01/2016

(Nome da Licitante)....., CNPJ nº ..... sediada (endereço completo) ..... , declara, sob as penas da Lei, como interessado na licitação, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que por ocasião do início da prestação dos serviços discriminados no PROJETO BÁSICO, disporá das estruturas, equipamentos e demais materiais, suficientes e adequados para o desempenho desses serviços, atendendo as normas técnicas e ambientais específicas e vigentes, nos termos exigidos no Edital e seus Anexos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

ASSINATURA DO DIRETOR OU SÓCIO-GERENTE

CARIMBO DA EMPRESA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

---

**Anexo IV**  
**Modelo de Carta de Apresentação da Proposta**

---

---

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

Apresentamos abaixo nossa proposta de preço para outorga de concessão onerosa de serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no edital e seus anexos, declarando que estamos cientes, bem como concordamos com os termos da **Concorrência Pública 01/2016 - SMF**:

\_\_\_\_\_ % OFERTADO DA RECEITA BRUTA (percentual por extenso)

OBS: Junto à proposta deverá ser apresentada preenchida a planilha da proposta comercial, conforme arquivo em anexo: [Planilha Proposta Comercial.xlsx](#)

**Validade das propostas: 60 dias;**

Responsável pela Cotação:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Local e data  
(nome e assinatura do representante legal)

**(devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação)**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

**Anexo V**  
**Minuta de Contrato**

---

PROC. ADM.: 001.000659.16.9

LIVRO:

FOLHAS:

REGISTRO:

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE OUTORGA ONEROSA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, COMPREENDIDO NESTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DAS VAGAS DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, SOB O PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, EFETUADOS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES (SMT) E PELA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO (EPTC)**

Aos ... dias do mês de ... de ..., de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, na qualidade de **CONCEDENTE**, neste ato representado pela Procuradora Geral do Município, Sra. Cristiane da Costa Nery, nos termos do Decreto Municipal nº 11.762/97, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES (SMT)**, com sede nesta Capital, na Rua João Neves da Fontoura, nº 07, representada por seu Secretário Municipal dos Transportes, Senhor Vanderlei Luis Cappellari; e, de outro, *[qualificação da adjudicante]*, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, celebram o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** para prestação e exploração do serviço público de estacionamento rotativo conforme especificações contidas no instrumento licitatório, regendo-se pelas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 10.260/07, dos Decretos nº 18.313/2013 e nº 18.594/2014 e suas alterações e demais normas aplicáveis, em especial as cláusulas e condições fixadas no EDITAL de Concorrência nº 01/2016, na proposta comercial apresentada pela CONCESSIONÁRIA e neste documento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Constitui o objeto deste CONTRATO a outorga de concessão onerosa de serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

Porto Alegre, de acordo com as especificações e os detalhes constantes no ANEXO I – PROJETO BÁSICO e especificações técnicas – integrante do presente EDITAL.

- 1.1.1 O serviço deverá ser prestado de modo adequado conforme previsto no EDITAL e seus anexos e na forma da legislação pertinente, sob o planejamento, regulação e fiscalização do Município de Porto Alegre, efetuados por intermédio da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT) e pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

1.2 O Sistema de Estacionamento Rotativo Pago consiste no serviço de estacionamento pago com tempo máximo de permanência limitado, com opção de pagamento por fração de tempo entre o valor mínimo e o valor máximo.

1.3 Atualmente o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago é composto por **4.361 (quatro mil trezentos e sessenta e uma) vagas, controladas por 220 (duzentos e vinte) parquímetros multivagas, instalados nas áreas indicadas no PROJETO.**

1.4 Ao longo do prazo de vigência do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE avaliará a necessidade de expansão do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, com a inclusão de novas vagas conforme a necessidade.

- 1.4.1 As novas vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre que forem criadas pela Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), em função da dinâmica do uso e ocupação do solo do Município de Porto Alegre, fazem parte do objeto desta concessão, de modo que tais serviços serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

1.5 Para o início da operação dos serviços, as vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre a serem exploradas, estão definidas no **ANEXO I** do EDITAL.

1.6 Incluem-se no objeto da concessão, como obrigação inerente à execução do objeto principal, além de outras estabelecidas no EDITAL, no presente CONTRATO e na legislação vigente:

- 1.6.1 Aquisição e manutenção dos equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação dos serviços do Sistema, bem como de todo e qualquer bem que seja necessário, de qualquer forma, à prestação dos referidos serviços, nos termos do EDITAL e deste CONTRATO DE CONCESSÃO;
- 1.6.2 O fornecimento, a instalação, a manutenção, renovação e atualização tecnológica dos equipamentos, conforme especificação técnica do ANEXO I do EDITAL;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

- 2.1 O prazo de vigência da presente **CONCESSÃO** será de **10 (dez) anos, improrrogáveis**, cuja contagem se dará a partir da data aprazada na Ordem de Início dos serviços.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 2.1.1 Juntamente com a assinatura do CONTRATO será dada a **Ordem de Início**, estabelecendo o dia (dia/mês/ano) para início das atividades do serviço de estacionamento rotativo. A data estabelecida para início das atividades será computada como primeiro dia da vigência contratual.
- 2.1.2 O **período para mobilização** da CONCESSIONÁRIA, interregno de tempo entre a assinatura do CONTRATO e o início das atividades será de **60 (sessenta) dias**.
- 2.2 A CONCESSIONÁRIA deverá substituir os equipamentos atualmente implantados, conforme disposto no item “3.1” do PROJETO.
- 2.2.1 O prazo para substituição dos 220 (duzentos e vinte) equipamentos atualmente implantados será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, observada a ordem sequencial das áreas e o prazo máximo de cada área, conforme Cronograma de Substituição – Item 15 do PROJETO.
- 2.2.2 Concluída a substituição de cada área, em prazo inferior ao estabelecido no cronograma, a CONCESSIONÁRIA poderá passar imediatamente para a área subsequente.
- 2.3 Quando da implantação de novas vagas ou remanejo, o prazo para finalização desta implantação será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do requerimento formalizado pelo PODER CONCEDENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DO VALOR DE OUTORGA E DAS PRESTAÇÕES DE CONTA.**

- 3.1 O PERCENTUAL DE OUTORGA sobre o valor da RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA, para prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre, definida na sua proposta financeira, vencedora da licitação, é de \_\_\_\_ %(**\_\_\_\_por cento**).
- 3.2 A CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação** no período, com indicação da RECEITA BRUTA AUFERIDA, dos impostos diretos incidentes (ISS, IR, PIS e COFINS) e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade.
- 3.3 Os documentos impressos (bobinas de recolhimento dos valores, fita resumo dos parquímetros, etc.) que comprovam as informações prestadas no relatório acima descrito, devem ser disponibilizados semanalmente pela CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE.
- 3.4 A RECEITA BRUTA AUFERIDA se dará da seguinte forma:

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 3.4.1 Pela soma das tarifas de estacionamento pagas pelos usuários através da aquisição de tíquetes junto aos parquímetros, bem como das outras formas de aquisição de vagas destinadas ao estacionamento rotativo, integrantes do sistema;
- 3.4.2 Pela soma de toda a comercialização de cartões com o valor do crédito embutido e demais formas de comercialização de créditos.
- 3.5 O VALOR DE OUTORGA deverá ser repassado ao PODER CONCEDENTE **até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de referência** (competência), ao longo de toda a contratualidade e se dará a partir do início do serviço.
- 3.5.1 O VALOR DE REPASSE MENSAL será obtido através do produto entre o **PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA** e a RECEITA BRUTA AUFERIDA no mês de referência.  
**VRM** = Valor de repasse mensal = Valor de outorga devido no mês de referência;  
**K** = Razão centesimal relativa ao PERCENTUAL OFERTADO DA RECEITA BRUTA;  
**RBA** = Receita bruta auferida no sistema no mês de referência, relativa à arrecadação do serviço de estacionamento rotativo pago no Município de Porto Alegre.
- $$\text{VRM} = \text{K} * \text{RBA}$$
- 3.5.2 Caso o dia aprazado para repasse do VALOR DE OUTORGA para o PODER CONCEDENTE ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente à data do vencimento.
- 3.5.3 A não quitação do VALOR DE OUTORGA na data ajustada acarretará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre valor devido e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- 3.5.4 Se o atraso no pagamento do percentual de repasse devido pela CONCESSIONÁRIA exceder a 90 (noventa) dias, a concessão poderá ser rescindida.
- 3.6 O valor estimado do CONTRATO para o período de 10 (dez) anos de CONCESSÃO é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), calculado de acordo com a demanda de utilização prevista, multiplicado pelo valor da tarifa.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

- 4.1 O presente CONTRATO de CONCESSÃO fica vinculado ao EDITAL de Concorrência 01/2016 e seus anexos.
- 4.2 Os atributos discriminados nos Anexos do EDITAL de Concorrência nº 01/2016 e deste CONTRATO de CONCESSÃO que tenham sido atendidos pela CONCESSIONÁRIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

em sua proposta, ficam, automaticamente, fazendo parte das obrigações deste Instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DO INÍCIO DA OPERAÇÃO**

- 5.1 A partir do início da operação, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações mínimas estabelecidas no EDITAL e seus anexos.
- 5.2 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos mínimos e as especificações constantes no EDITAL e seus anexos, neste CONTRATO, e demais compromissos assumidos na PROPOSTA.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS METAS E PARÂMETROS DE QUALIDADE**

- 6.1 Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste CONTRATO, na proposta vencedora e no respectivo PROJETO, implicando a não observância desta condição a recusa no recebimento dos serviços, não se responsabilizando o PODER CONCEDENTE por qualquer indenização.
- 6.2 A CONCESSIONÁRIA poderá alterar os seus processos de trabalho em função de avanços tecnológicos, desde que sejam atendidas as exigências deste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA sujeitar-se, para isso, à autorização prévia do PODER CONCEDENTE.
- 6.3 Qualquer medida que implique a alteração dos serviços contratados deverá ser submetida à prévia apreciação e aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 6.4 A CONCESSIONÁRIA deverá observar e cumprir, ao longo de toda a duração da outorga pública, os requisitos mínimos e as especificações técnicas constantes neste CONTRATO e em seus Anexos, na legislação vigente aplicável e nos compromissos assumidos, como LICITANTE, por meio de sua PROPOSTA.
- 6.5 A meta da presente CONCESSÃO é oferecer, com qualidade e eficiência, o serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste, a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO SERVIÇO ADEQUADO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 7.1 A concessão da prestação e exploração dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto pressupõe a prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários.
- 7.2 Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação.
- 7.3 Para os fins previstos neste CONTRATO, considera-se:
- a) **REGULARIDADE:** a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no EDITAL, neste CONTRATO e nas normas técnicas aplicáveis;
  - b) **CONTINUIDADE:** a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços previstos nos anexos do EDITAL;
  - c) **EFICIÊNCIA:** a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;
  - d) **ATUALIDADE:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades;
  - e) **GENERALIDADE:** universalidade da prestação dos serviços conforme previsto nos anexos do EDITAL;
  - f) **CORTESIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** tratamento adequado aos usuários;
- 7.4 A CONCESSIONÁRIA deve assegurar, durante todo o prazo da concessão, a prestação de serviço adequado, atendidas, integralmente, as condições estabelecidas no item anterior, nos termos das determinações emanadas do PODER CONCEDENTE.
- 7.5 Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situações de caso fortuito ou força maior e de greve dos trabalhadores.

**CLÁUSULA OITAVA – DO SISTEMA TARIFÁRIO**

- 8.1 O valor cobrado por cada vaga pela utilização de 01 (uma) hora de estacionamento é de R\$ 2,00 (dois reais), admitindo-se o pagamento mínimo do valor de R\$ 1,00 (um real) para o tempo mínimo de ½ (meia) hora e o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) para o tempo máximo permitido de 2 horas. Em casos especiais a CONCEDENTE pode determinar tempo de permanência diferenciado. Vide tabela abaixo:

**• 30 minutos (meia hora) = R\$ 1,00**

R\$ 1,067 = 32 minutos	R\$ 1,33 = 40 minutos	R\$ 1,60 = 48 minutos	R\$ 1,86 = 56 minutos
R\$ 1,134 = 34 minutos	R\$ 1,40 = 42 minutos	R\$ 1,66 = 50 minutos	R\$ 1,93 = 58 minutos
R\$ 1,20 = 36 minutos	R\$ 1,46 = 44 minutos	R\$ 1,73 = 52 minutos	
R\$ 1,26 = 38 minutos	R\$ 1,53 = 46 minutos	R\$ 1,80 = 54 minutos	

**• 60 minutos (uma hora) = R\$ 2,00**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS  
Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

R\$ 2,067 = 62 minutos	R\$ 2,60 = 78 minutos	R\$ 3,13 = 94 minutos	R\$ 3,66 = 110 minutos
R\$ 2,134 = 64 minutos	R\$ 2,66 = 80 minutos	R\$ 3,20 = 96 minutos	R\$ 3,73 = 112 minutos
R\$ 2,20 = 66 minutos	R\$ 2,73 = 82 minutos	R\$ 3,26 = 98 minutos	R\$ 3,80 = 114 minutos
R\$ 2,26 = 68 minutos	R\$ 2,80 = 84 minutos	R\$ 3,33 = 100 minutos	R\$ 3,86 = 116 minutos
R\$ 2,33 = 70 minutos	R\$ 2,86 = 86 minutos	R\$ 3,40 = 102 minutos	R\$ 3,93 = 118 minutos
R\$ 2,40 = 72 minutos	R\$ 2,93 = 88 minutos	R\$ 3,46 = 104 minutos	
R\$ 2,46 = 74 minutos	R\$ 3,00 = 90 minutos	R\$ 3,53 = 106 minutos	
R\$ 2,53 = 76 minutos	R\$ 3,06 = 92 minutos	R\$ 3,60 = 108 minutos	

- 120 minutos (duas horas) = R\$ 4,00

8.2 Por meio de decreto, o PODER CONCEDENTE poderá alterar o valor da tarifa, bem como implementar sistema de tarifas diferenciadas em determinadas regiões e/ou horários, objetivando a regulação e a maximização do desempenho do sistema viário.

8.2.1 A revisão do valor da tarifa durante a vigência da Concessão se dará única e exclusivamente por iniciativa do Poder Público.

8.3 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA a criação de áreas com tempos de permanência diferenciados, quando se fizer necessário, para maximizar o desempenho do sistema de estacionamento.

8.4 A EPTC/SMT responsabilizar-se-á pela restituição dos valores dos cartões comercializados, utilizados atualmente nos parquímetros instalados. Os créditos contidos nos referidos cartões serão restituídos na Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, mediante pedido administrativo a ser apresentado na Coordenação de Atendimento, Protocolo e Arquivo – CAPA, sito na Avenida Érico Veríssimo n.º 100, Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS.

8.4.1 A forma de restituição dos créditos dos cartões será devidamente divulgada, por meio de publicação em jornais de grande circulação e mídia em geral.

8.4.2 Será suspensa a disponibilização de cartões de estacionamento até se dar a conclusão da instalação dos novos equipamentos (Parquímetros) pela concessionária.

8.5 O procedimento de devolução do valor será regulamentado por meio de decreto municipal.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 8.6 A concessionária somente poderá comercializar os cartões para utilização na área azul, após ter finalizado todo o cronograma de implantação dos novos equipamentos (Parquímetros).

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

- 9.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais da CONCESSÃO.
- 9.2 Comunicar à CONCESSIONÁRIA, observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, qualquer alteração de natureza operacional na prestação dos serviços, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 9.3 Efetuar a fiscalização do uso indevido das áreas destinadas ao estacionamento rotativo, aplicando, sempre que possível, as penalidades cabíveis, nos casos previstos em Lei;
- 9.4 Prestar as informações, fazer os esclarecimentos solicitados pela CONCESSIONÁRIA e usuários.
- 9.5 Intervir na prestação dos serviços nos casos e condições previstas em lei;
- 9.6 Fiscalizar, diretamente ou por meio de empresa ou instituição contratada ou conveniada para este fim, a execução dos serviços objeto desta licitação.
- 9.7 Exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços.
- 9.8 Advertir a CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, sempre que observar alguma irregularidade.
- 9.9 Findo o prazo do CONTRATO ou com a extinção da concessão, reverterão ao PODER CONCEDENTE somente as sinalizações verticais e horizontais implantadas durante a Concessão.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

- 10.1 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços na forma ajustada e cumprir fielmente as obrigações do instrumento contratual, sendo vedada qualquer alteração sem a concordância, por escrito, do PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 10.2 A CONCESSIONÁRIA, a quem incumbe zelar pela boa disciplina de seus empregados, deverá mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções.
- 10.3 Assumir todos os ônus referentes à compra, implantação, execução, manutenção, sinalização, divulgação e equipamentos necessários ao Sistema de Estacionamento Rotativo.
- 10.4 Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.
- 10.5 Fornecer equipe técnico-administrativa e equipe de serviços, comprometendo-se a manter a qualidade dos serviços durante a vigência do CONTRATO.
- 10.6 Prestar serviço adequado, obedecendo às normas técnicas aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE e pela legislação de trânsito pertinente.
- 10.7 A CONCESSIONÁRIA obrigará-se a substituir ou a complementar todos os serviços que estiverem em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades contratadas estabelecidas nos anexos deste EDITAL ou no CONTRATO.
- 10.8 A CONCESSIONÁRIA deverá submeter-se à fiscalização e manter comunicação regular com o PODER CONCEDENTE, para que este acompanhe e fiscalize a execução dos serviços.
- 10.9 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir as determinações da fiscalização para a regular prestação do serviço e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.
- 10.10 A CONCESSIONÁRIA deverá indicar responsáveis ou prepostos com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 10.11 A CONCESSIONÁRIA deverá permitir controles parciais ou totais por parte do PODER CONCEDENTE, visando a assegurar o cumprimento das especificações técnicas descritas neste EDITAL e seus Anexos.
- 10.12 Correrão por conta da CONCESSIONÁRIA todas as despesas com mão-de-obra, transporte, manutenção, seguro, hospedagem, encargos de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como com tributos federais, estaduais e municipais incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços contratados.
- 10.13 A CONCESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pelo planejamento e condução de todos os trabalhos que, por força de CONTRATO, lhe forem afetos, de modo a salvaguardar, convenientemente, o seu próprio pessoal e qualquer outro de acidentes, bem como evitar prejuízos a bens do PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 10.14 A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos danos que causar diretamente a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 10.15 A CONCESSIONÁRIA assumirá as responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela prestação do serviço contratado.
- 10.16 Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar junto aos órgãos competentes todas as autorizações que se fizerem necessárias à prestação dos serviços.
- 10.17 Eventuais problemas que resultem em mudanças ou atrasos no desenvolvimento das atividades deverão ser informados e justificados por escrito pela CONCESSIONÁRIA.
- 10.18 A CONCESSIONÁRIA manter-se-á, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.19 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, durante a execução do CONTRATO, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais.
- 10.20 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar, dentro dos prazos estipulados, as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.
- 10.21 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, inclusive as de cunho trabalhista, estendendo-se a responsabilidade para os efeitos judiciais decorrentes desta Concorrência.
- 10.22 À CONCESSIONÁRIA é vedada a realização de qualquer espécie de publicidade nos parquímetros ou nas demais estruturas destinadas à prestação do serviço público em questão, salvo nos casos de campanhas institucionais para educação para o trânsito, com prévia consulta ao PODER CONCEDENTE.
- 10.23 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos os CONTRATOS de trabalho regidos pela CLT, independentemente de seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.
- 10.24 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício – DRE, demonstrando o resultado das operações, considerando como data limite o dia 30 de abril de cada ano, referente ao exercício financeiro do ano anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 11.1 A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das demais sanções contratuais disciplinadas, conforme art. 38 da Lei nº 8.987/1995.
- 11.2 A Administração poderá ainda, em caso de inexecução total ou parcial do CONTRATO, garantida a defesa prévia, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:
- e) advertência, por escrito;
  - f) multa, prevista neste CONTRATO e na legislação que regula o serviço de estacionamento rotativo em via pública;
  - g) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto Alegre, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - h) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3 A adjudicatária arcará com a multa indenizatória de 3% (três por cento) sobre o valor estimado da contratação se desistir do objeto contratado, recusando-se a assinar o CONTRATO.
- 11.4 A CONCESSIONÁRIA arcará com multa indenizatória de 5% (cinco por cento) do valor estimado do CONTRATO se rescindir, sem justificativa, ou transferir integralmente o CONTRATO objeto da presente licitação, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.
- 11.5 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser cobrada judicial/extra-judicialmente ou, ainda, descontada da Garantia de Execução do CONTRATO, a critério da Administração.
- 11.6 O prazo para defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.
- 11.7 Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da sanção no Diário Oficial do Município de Porto Alegre.
- 11.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Executantes de Serviços e Obras, da Secretaria Municipal de Obras e Viação – CESO/SMOV.
- 11.9 Poderá ser aplicada multa indenizatória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total contratado quando a CONCESSIONÁRIA:
- h) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
  - i) subcontratar, transferir ou ceder parte de suas obrigações a terceiros, sem a autorização do PODER CONCEDENTE.
  - j) desatender as determinações da fiscalização;

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – CENTRAL DE LICITAÇÕES**  
**Rua Siqueira Campos, 1300, 3º andar - CEP 90.010-907 – Porto Alegre – RS**  
**Fones (51)3289-1118, (51)3289-1677 e (51)3289-1092**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

k) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas neste CONTRATO;

l) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, independente da obrigação da CONCESSIONÁRIA em reparar os danos causados;

m) não providenciar as autorizações de que trata este CONTRATO e o PROJETO;

n) não alocar os recursos humanos especializados neste CONTRATO.

11.10 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.11 As penalidades de advertência por escrito e multa, bem como a de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Porto Alegre, serão aplicadas pelo PODER CONCEDENTE, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua notificação.

11.12 A declaração de inidoneidade é de competência do Secretário Municipal da Fazenda, facultada a defesa da CONCESSIONÁRIA, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura para vista do processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

12.1 Extinguir-se-á o CONTRATO de CONCESSÃO nos seguintes casos:

g) advento do termo contratual;

h) encampação;

i) caducidade;

j) rescisão;

k) anulação;

l) falência ou extinção da CONTRATADA.

12.2 Extinta a CONCESSÃO, o exercício de todos os direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA retornarão ao PODER CONCEDENTE, havendo imediata assunção dos SERVIÇOS por este, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações que se fizerem necessários.

12.3 Nos casos de advento do termo contratual e encampação, o PODER CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na legislação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 12.4 A extinção da concessão, por advento do termo contratual, far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos, vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços pertinentes à concessão.
- 12.5 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo PODER CONCEDENTE, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização, nos termos do Art. 37 da Lei 8.987/95.
- 12.6 A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará, a critério do poder concedente, a declaração da caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, nas seguintes hipóteses:
- a) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e indicadores definidos neste CONTRATO;
  - b) a CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à concessão;
  - c) a CONCESSIONÁRIA paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
  - d) a CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, ou as condições mínimas de habilitação definidas no EDITAL de licitação que antecedeu a contratação;
  - e) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço no prazo estipulado;
  - f) a CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do Art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
  - g) O descumprimento injustificado pela CONTRATADA do prazo limite para o início das atividades.
- 12.7 A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada, ainda, quando a CONCESSIONÁRIA transferir o CONTRATO ou o controle societário, sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula Décima Terceira deste CONTRATO.
- 12.8 A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 12.9 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de serem comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais abrangidos pelos casos relacionados no CONTRATO, com a abertura, em cada caso, de prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 12.10 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por Decreto do Prefeito Municipal, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.
- 12.10.1 A indenização de que trata o item acima, será devida na forma estabelecida em Lei, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA.
- 12.11 A declaração de caducidade acarretará, ainda:
- c) a execução da garantia contratual;
  - d) retenção de eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.
- 12.12 Declarada a caducidade, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 12.13 O CONTRATO de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE mediante ação judicial especialmente intentada para este fim, ocasião em que os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados, até decisão judicial transitada em julgado.
- 12.14 Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE aqueles bens reversíveis, quando previstos em EDITAL.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA**

- 13.1 A transferência do CONTRATO ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, implicará a caducidade da CONCESSÃO.
- 13.1.1 Para fins de obtenção da anuência, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
  - b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do CONTRATO em vigor.
- 13.2 Fica desde logo anuída a eventual transferência do CONTRATO para sociedade de propósito específico formada pelas mesmas empresas consorciadas que o subscreveram inicialmente.
- 13.3 O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a assunção do controle ou a administração temporária da CONCESSIONÁRIA para seus financiadores e garantidores, visando a promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, nos termos do art. 27-A da Lei n. 8.987/95.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

- 13.3.1 Nesta hipótese, o PODER CONCEDENTE exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, dispensando-se requisitos de capacidade técnica e econômica.
- 13.3.2 A assunção do controle ou a administração temporária não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores para com terceiros, PODER CONCEDENTE e usuários do serviço público.
- 13.4 Dependerá também de autorização prévia do PODER CONCEDENTE a alteração da composição do consórcio formador da CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos do subitem 13.3.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 14.1 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** na data de assinatura do CONTRATO, em favor do PODER CONCEDENTE, garantia no montante de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do CONTRATO de CONCESSÃO, a ser(em) contratado(s), em caução em dinheiro ou carta de fiança bancária ou seguro-garantia, a qual deverá ser mantida durante toda a vigência da CONCESSÃO.
- 14.1.1 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
  - c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo poder concedente à Concessionária;
  - d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Concessionária;
  - e) Demais obrigações estabelecidas no EDITAL e no CONTRATO.
- 14.1.2 O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do EDITAL e das cláusulas contratuais.
- 14.1.3 A garantia prestada pelo contratado, será liberada ou restituída após a execução do CONTRATO, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pela correção da poupança, conforme prevê a Lei 8.666/93 art. 56 §4º, exceto os valores descontados por motivo de aplicação de multas.
- 14.2 A Garantia de Execução do CONTRATO deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 4º andar, sala 402, Centro Histórico, Porto Alegre, RS. O atendimento é realizado nos dias úteis das 09h às 11h30min e das 13h30min às 17h e as dúvidas, exclusivamente, referentes à garantia de execução do CONTRATO podem ser esclarecidas pelos fones 51 3289 3830.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1 A fiscalização da execução do CONTRATO e dos SERVIÇOS será realizada pelo Município de Porto Alegre e pela Secretaria Municipal dos Transportes - SMT, de acordo com o exposto na legislação que disciplina a atividade e nos termos deste CONTRATO.
- 15.1 A fiscalização de que trata este item não isenta a CONCESSIONÁRIA das responsabilidades estabelecidas pela lei e pelo CONTRATO.
- 15.2 A fiscalização do CONTRATO será feita diretamente por servidores indicados pelo PODER CONCEDENTE ou por meio de empresa ou instituição contratada ou conveniada para este fim.
- 15.3 A fiscalização deverá recusar os serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições definidas no EDITAL, PROJETO BÁSICO (ANEXO I), ou em desacordo com as normas técnicas e a legislação pertinente.
- 15.4 A fiscalização do CONTRATO procederá a verificação e a aprovação dos documentos de medição, boletins, relatórios, fotos, plantas e outros documentos fornecidos pela CONCESSIONÁRIA decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, sendo-lhe lícito opinar, propor modificações, considerando-se as boas normas técnicas vigentes, bem como o interesse público, manifestado através do PODER CONCEDENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REVERSÍVEIS**

- 16.1 Findo o prazo do contrato ou com a extinção da concessão, reverterão ao PODER CONCEDENTE somente as sinalizações verticais e horizontais implantadas durante a Concessão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTERVENÇÃO**

- 17.1 O PODER CONCEDENTE poderá intervir na operação do serviço para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- 17.2 Considera-se deficiência grave na prestação do serviço, para efeito do item anterior, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior:
- a) a reiterada inobservância das normas regulamentares do serviço;
  - b) o descumprimento reiterado pela CONCESSIONÁRIA de suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
  - c) a transferência, pela CONCESSIONÁRIA da operação dos serviços sem prévio e expresso consentimento do PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 17.3 A intervenção far-se-á por decreto do Prefeito Municipal, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção, bem como as causas, os objetivos e os limites da medida.
- 17.4 Declarada a intervenção o PODER CONCEDENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando o direito de ampla defesa.
- 17.4.1 Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarado sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à intervenção.
- 17.4.2 O procedimento administrativo de que trata o item 17.4 deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- 17.5 No período de intervenção, o PODER CONCEDENTE assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a CONCESSIONÁRIA utiliza para execução dos serviços.
- 17.6 Cessada a intervenção, se não for extinto o CONTRATO, por caducidade, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.
- 17.7 O interventor deverá cumprir, durante o período que durar a intervenção, todos os compromissos da CONCESSIONÁRIA, inclusive aqueles relacionados aos financiamentos contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE**

- 18.1 Por meio de decreto, o PODER CONCEDENTE poderá alterar o valor da tarifa, bem como implementar sistema de tarifas diferenciadas em determinadas regiões e/ou horários, objetivando a regulação e a maximização do desempenho do sistema viário.
- 18.2 A revisão do valor da tarifa durante a vigência da Concessão se dará única e exclusivamente por iniciativa do Poder Público.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1 As disposições do presente CONTRATO de CONCESSÃO serão alteradas, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificativas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Processo administrativo 001.000659.16.9**

- 19.2 O presente CONTRATO de CONCESSÃO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
- 19.3 O PODER CONCEDENTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes, que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.
- 19.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO de CONCESSÃO, para a prestação de serviço público de estacionamento rotativo, compreendido neste a prestação dos serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento das vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre.
- 19.5 O presente CONTRATO será publicado no Diário Oficial do Município de Porto Alegre (DOPA), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua assinatura e às expensas do PODER CONCEDENTE.
- 19.6 Estando as partes de acordo com o acima pactuado, fica firmado o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai por elas assinado.

Cristiane da Costa Nery  
Procuradora Geral do Município de Porto Alegre

Vanderlei Luis Cappellari  
Secretário Municipal dos Transportes  
Diretor-Presidente da EPTC

CONCESSIONÁRIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

---

**Anexo VI**  
**Modelo de Declaração Negativa de Doação Eleitoral**

---

---

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa....., não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

Porto Alegre, ..... de ..... de 2016

\_\_\_\_\_  
Diretor, Sócio-Gerente ou Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Processo administrativo 001.000659.16.9

---

---

**Anexo VII**  
**Legislação Correlata**

---

---

Conforme arquivo em anexo.